

-----ACTA

N.º

01-----ASSEMBLEIA

MUNICIPAL DE 26 FEVEREIRO-----Aos vinte e seis dias do mês de Fevereiro de 2010, pelas 21.00 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, para uma sessão Ordinária, no Edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----**1.º Ponto** – Autorizar a Câmara Municipal a contratar empréstimo de longo prazo, no âmbito do regime geral, para financiamento de aquisição de imóveis até ao montante de € 2.563.570,00 em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

-----**2.º Ponto** - Autorizar a Câmara Municipal a contratar empréstimo de longo prazo, no âmbito do regime geral, para financiamento da construção da EB1 e JI de São Mamede da Ventosa, até ao montante de € 3.500.000,00 em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

-----**3.º Ponto** - Discussão e votação da alteração aos Estatutos da Promotorres E.E.M, nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º 53 da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

-----**4.º Ponto** - Autorizar a aquisição de imóveis a norte da Igreja de Santiago em Torres Vedras, em cumprimento da alínea i) do n.º 2 do art.º 53.º da lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----**5.º Ponto**- Apreciação de uma exposição do Sr. Presidente da Câmara, acerca da Actividade Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

-----**6.º Ponto** – Discussão e votação do Processo de Revisão do Plano de Pormenor de Reabilitação do Centro Histórico de Torres Vedras nos termos do n.º 3 do art.º 53 da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção e n.º 1 do art.º 79 do Decreto Lei n.º 380/99, de 22.09, na redacção dada pelo Decreto Lei n.º 46/2009 de 20.02;-----

-----**7.º Ponto** - Ratificação de Declaração de Interesse Municipal para Construção de Unidade Industrial de Produção de Biogás e possibilidade de ampliação da unidade existente - Vila Facaia – Freguesia de Ramalhal, requerido por Avibom Avícola, S.A. – Processo de obras IO/53/2009, em cumprimento do n.º 3 do art.º 130 do PDM em vigor;-----

-----**8.º Ponto** – Discussão e votação da proposta de alteração ao Regulamento do Programa de Apoio ao Arrendamento, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 53 da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

-----**9.º Ponto** - Autorizar a adesão do Município de Torres Vedras à QUALIFICA, Associação Nacional de

Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses, nos termos da alínea m) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09 na sua actual redacção;-----

Presidiu, o António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) que foi secretariado por Sra. Mara Isabel Baptista Eleutério (Segundo Secretário) e Francisco Cruz Branco da Silva.-----

Estiveram presentes os membros da Assembleia Municipal, que se passam a indicar:-----

-----Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Susana Maria ribeiro Neves, António Carlos Nunes Carneiro, José António do Vale Paulos, Rita João de Maya Gomes Sammer, José Augusto Nozes Pires, Ana Elisa Pedreira Martins, Marco Henriques Claudino, Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas, Jorge Henrique Horta Ferreira, António João Leal da Costa Bastos, Maria João Carvalho Franco Roque Alves, Maria Prudência Tomé Duarte Quina Fernandes, Cláudia Sofia Horta Ferreira, João Paulo Moreira dos Reis, Rui José Prudêncio, Diogo Ribeiro de Oliveira Guia, Rodrigo Manuel Hipólito Miranda, Tânia Isabel Ramos Mourato Jerónimo, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Ana Cristina Abreu Moreira, Natalina Maria Martins Luís, Sérgio Armando Lopes Gomes, José Manuel Cristovão, João Francisco Mota Tomás, Paulo Jorge Marques Marreneca, Francisco João da Fonseca Inácio, Mário das Dores Lopes, Celso Jorge Carvalhal de Carvalho, Mário João Rodrigues Matias, José Manuel Ferreira Antunes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim do Espírito Santo, José António Margaça, Horácio Orlando da Silva, Carlos Alberto Alves Gomes, José Joaquim Antunes, Mário Manuel Jesus Miranda, António Filipe Narciso dos Santos, Carlos Alberto Lopes Veloso.-----

-----Faltaram os membros Alberto Manuel Avelino, José Augusto Clemente de Carvalho e Ana Paula dos Santos Ventura Faria.-----

-----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara Carlos Manuel Soares Miguel, e os Srs. Vereadores, Carlos Manuel Antunes Bernardes, António Paulo Veloso Martins Bento, Laura Maria Jesus Rodrigues, Sérgio Paulo Matias Galvão, Ana Brígida Umbelino, Bruno Miguel Félix Ferreira e Maria Paula da Silva e Paulo Roseiro Lopes.-----

-----O **Primeiro Secretário da Assembleia Municipal Sr. António Fortunato** abriu a sessão dando nota que se encontra a substituir, por motivos de doença, o Presidente da Assembleia Municipal Sr. Alberto Avelino. Mais informou que o Presidente da Assembleia foi hospitalizado, mas já se encontra em casa em restabelecimento, tendo enviado um abraço a todos e agradecido a preocupação

manifestada.-----Deste modo, chamou para completar a Mesa da Assembleia Municipal o membro Francisco Cruz Branco da Silva.-----

APRESENTAÇÃO DAS ACTAS ANTERIORES:

-----O Sr. Presidente da Mesa informou que as acta n.º 8 de 26.11.09, que foi previamente distribuída por todos os membros, encontrava-se na mesa a fim de se efectuarem eventuais correcções.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

LEITURA DA

CORRESPONDÊNCIA:-----O primeiro secretário, Sr. António Fortunato passou a ler a correspondência recebida pela mesa, tendo os documentos sido numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das actas.-----

Anota-se que foram numerados 3 documentos que a seguir se indicam:-----

DOCUMENTO

1:-----Presente
Carta do Bispo do Porto D. Manuel Clemente, de 15 de Janeiro último, a agradecer a saudação enviada pela Assembleia Municipal pela atribuição do Prémio Pessoa e a desejar a todos os conterrâneos um 2010 cheio de progresso e paz.-----

DOCUMENTO

2:-----Presente
ofício número 63/2101, da Comunidade Intermunicipal do Oeste, de 14 de Janeiro último a remeter, para conhecimento, as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2010.-----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO ART.º 38.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

DOCUMENTO 3:-----

-----Presente e-mail do Presidente de Junta Freguesia de S. Pedro e Santiago, Francisco Martins de 25 de Fevereiro, a informar que não poderá estar presente e será substituído por José Joaquim Antunes.-----

-----De seguida teve início o Período Antes da Ordem do dia.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento de toda a correspondência recebida e aceitou as justificações de faltas apresentadas.-----

-----O Presidente da Mesa, *Sr. António Fortunato* leu uma moção que tinha sido entregue à mesa e que se transcreve:-----

MOÇÃO: SOLIDARIEDADE COM A REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA:-----“Considerando:-----

-----Que, um fenómeno meteorológico de proporções “dantescas”

atravessou a Região Autónoma da Madeira no passado dia 20-02-2010, provocando a perda de muitas vidas humanas a que se soma um avultado prejuízo material ainda não quantificado;-----Que, a perda de vidas humanas em qualquer situação é sempre de lamentar, especialmente quando se tratam de fenómenos naturais, impossíveis de “controle”, apesar de já existirem meios de calcular alguns riscos com alguma antecedência;-----Que, todas as áreas do território Português estão susceptíveis à ocorrência de fenómenos desta dimensão, sendo que por isso não podemos ficar indiferentes à catástrofe e às suas consequências, nomeadamente porque o próprio Concelho de Torres Vedras e a região do Oeste foi recentemente fustigado por algo semelhante;-----Que esta catástrofe, implicará, inevitavelmente, um grande esforço das autoridades nacionais, europeias, regionais e locais para o restabelecimento da normalidade naquela Região Autónoma, especialmente da Ilha da Madeira nos Concelhos voltados a Sul;-----A Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida em 26/02/2010, delibera o seguinte:-----Expressar o nosso voto de pesar às famílias das vítimas neste momento particularmente difícil;-----Manifestar, a todos os Habitantes da Região Autónoma da Madeira, um sentido apoio solidário, nos trabalhos de retoma da normalidade, após a ocorrência que teve lugar no passado dia 20 de Fevereiro de 2010, através de comunicação à Presidência do seu Governo Regional;-----Torres Vedras, 26 de Fevereiro de 2010.-----Os Membros do PSD na Assembleia Municipal.”-----O Líder do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, **Sr. Luís Carlos Lopes**, fez uma breve apresentação da moção e solicitou que fosse observado um minuto de silêncio em memória das vítimas da intempérie.-----A

Assembleia Municipal deliberou aprovar, por unanimidade, a moção em título.-----

VOTO DE PESAR PELAS VITÍMAS DA INTEMPÉRIE QUE ATINGIU O ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA:-----

O membro **Rui Prudêncio** leu voto de pesar, que a seguir se transcreve, indicando que a bancada do Partido Socialista se associava ao minuto de silêncio acima solicitado.-----“No passado dia 20 de Fevereiro de 2010 o País e o mundo foram sobressaltados por uma fortíssima intempérie que atingiu aquela que é considerada a Pérola do Atlântico, ou seja o Arquipélago da Madeira, onde vivem cerca de 250.000 pessoas.-----É ainda prematuro avaliar a extensão desta intempérie mas os últimos números das fontes oficiais apontam para 41 pessoas mortas, 17 desaparecidos, mais de 600 desalojados e muitas centenas de milhões de euros de prejuízos, em consequência das chuvas diluvianas que caíram na

ilha.-----

-----Várias centenas de lares de madeirenses, edificados em alguns casos em condições precárias, assim como inúmeras viaturas foram arrastadas pela força das águas, levando à sua destruição e morte dos seus ocupantes, mergulhando a cidade do Funchal num imenso mar de lama, rochas, destruição e

morte.-----Dona de uma beleza reconhecida mundialmente, a Ilha da Madeira assenta no turismo, praticamente a sua totalidade dos recursos económicos. Esta vulnerabilidade da actividade produtiva não só agrava os efeitos do desastre natural como deve ser assumida como um desafio irrecusável por todo o País, no momento de reconstruir a ilha. -----A Assembleia

Municipal de Torres Vedras manifesta às famílias enlutadas, ao povo da Madeira e ao Governo da Região Autónoma da Madeira o seu mais profundo pesar, assim como não pode deixar de exprimir a sua total disponibilidade para, a par com as mais diversas Instituições Nacionais, ajudar na sua reconstrução e no auxílio às vítimas da devastação.-----Torres Vedras, 26 de Fevereiro de 2010”. -----A Assembleia

Municipal deliberou aprovar, por unanimidade, o voto de pesar em epígrafe.-----**FALECIMENTO**

DO EX- VEREADAOR DA CÂMARA MUNICIPAL JOAQUIM ALBERTO CAETANO

DINIS:-----O *Sr. António*

Carneiro deu nota do falecimento do Ex- Vereador da Câmara Municipal de Torres Vedras, Sr. Joaquim Alberto Caetano Dinis, solicitando que o minuto de silêncio fosse também observado em sua memória, o que teve a anuência de todos os presentes.-----A Assembleia

Municipal aprovou o solicitado e procedeu em conformidade.-----**MOÇÃO –**

APOIO AOS BOMBEIROS: -----“De

acordo com as notícias veiculadas na Comunicação Social nacional, nomeadamente na Edição Online de 4 de Dezembro do Correio da Manhã, o Tribunal de Contas (TC) realizou uma Auditoria a um número não identificado de Municípios, de entre os quais o de Torres Vedras com o objectivo de aferir da legalidade dos apoios financeiros por estes concedidos nos anos 2005 a

2007.-----No

âmbito da Auditoria realizada, e segundo a mesma notícia, o TC concluiu que os apoios concedidos pela Câmara Municipal de Torres Vedras (“CMTV”) à Associação dos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras (‘ABVT’), nos referidos anos, se encontram feridos de ilegalidade, sendo “susceptíveis de eventual responsabilidade sancionatória e reintegratória.”-----

Perante esta situação, entende a Assembleia Municipal sublinhar que os apoios em apreço se têm revelado indispensáveis para a boa prossecução da actividade por parte da ABVT, em função, aliás,

das insuficientes dotações por parte da Administração Central (esta e as anteriores).-----

Nestes termos, entende a Assembleia Municipal manifestar de forma inequívoca, por um lado, a sua perplexidade por apoios concedidos à ABVT, Associação que tem prestado um serviço benemérito e indispensável à população torriense, poderem ser considerados ilegais, e, por outro lado, a solidariedade à Câmara Municipal, nomeadamente aos seus Presidentes à data dos factos, respectivamente Dr. Jacinto Leandro e Dr. Carlos Miguel.-----

-----Em face ao exposto, e caso o TC venha, em definitivo, considerar a concessão de apoios à ABVT ilegal, a Assembleia Municipal de Torres Vedras vem propor aos Grupos Parlamentares dos Partidos Políticos representados na Assembleia da República a alteração do quadro normativo vigente, por forma a permitir ao Município de Torres Vedras continuar a conceder, dentro dos limites da lei, os apoios indispensáveis à ABVT, que dos mesmos carece para prosseguir uma actividade que este órgão autárquico reputa de importância primordial para esta comunidade.-----Dá ainda esta Assembleia Municipal conhecimento da presente Moção à Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP).-----Pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata.-----Marco Henriques Claudino”.

-----O **Sr. Presidente da Câmara** pediu a palavra para agradecer a solidariedade manifestada ao Presidente da Câmara, na certeza que é extensível ao Executivo.-----Assinalou que a moção contém dois erros, explicando que o que está em causa não é atribuição do apoio financeiro pela Câmara aos Bombeiros, mas a utilização que lhe é dada pois serve para pagar as Brigadas de Intervenção Permanente ou seja os salários.-----Em 2.º lugar fez notar que a alteração ao quadro normativo vigente deve ser pedida para todos os municípios e não só para o município de Torres Vedras.-----Prosseguiu informando que o Tribunal de Contas notificou a autarquia, que já contestou e encontra-se a aguardar a resposta, pelo que, não sabe até que ponto é extemporâneo aprovar esta moção quando ainda estão a discutir a essência do assunto, e teme seja interpretado como interferência directa num órgão de soberania.

-----A **Sra. Rita Sammer** concordando na essência com o que o edil disse, recordou a propósito da extemporaneidade que o orçamento que aprovaram em Dezembro de 2009 continha a continuidade deste apoio financeiro à instituição em causa.-----Tendo este assunto também sido veiculado pela comunicação social, não pensa que é extemporâneo e tem pertinência.-----

-----Terminadas as intervenções passou-se à votação da moção, tendo a Assembleia Municipal

deliberado rejeitar a mesma, por maioria

-----Pedi a palavra o **Sr. António Carneiro** para deixar claro que o voto contra do Partido Socialista não é a rejeição do pensamento de quem votou a favor.-----Trata-se de matéria extremamente complexa e votaram contra face à explicação do edil, perante o melindre da questão e ainda à clareza e segurança jurídica que ele falou sobre a matéria, pelo que, seria irresponsável por parte do Partido Socialista votar a favor.-----

-----No entanto reafirmou a compreensão pela posição que moção apresenta.-----

-----O **Sr. Luís Carlos Lopes** disse que percebeu o incómodo do membro António Carneiro mas o PSD mantém a sua posição considerando que se trata de uma moção inócua e pacífica.-----

-----Do Presidente da Câmara também percebeu um certo incómodo, tal como ele também sente, porque também é um dos visados, assim como a Sra. Rita Sammer, alguns dos vereadores presentes, para além do Dr. Jacinto Leandro e outros membros da Vereação do mandato anterior.

-----Lembrou que na Assembleia Municipal já se aprovaram muitas moções, entendem que é uma obrigatoriedade de consciência o apoio que a Câmara Municipal deve continuar a dar aos Bombeiros e não tem problema em dizer que governo deve alterar esta norma legal, porque o Tribunal de Contas está a fazer uma análise abusiva da lei.-----

-----Considerando que não assistiu a uma declaração de voto por parte do interlocutor anterior O **Sr. António Carneiro** registou que lhe assiste o direito de dizer que não sentiu incómodo nenhum.-----

MOÇÃO

EN8:-----O

Presidente da mesa, **Sr. António Fortunato** leu o documento entregue pelo Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária e que se transcreve de seguida:-----

-----“São visíveis as consequências para a circulação e para os utentes que decorrem das obras realizadas na A8, desde logo pela redução da velocidade máxima pouco consentânea com os níveis de fluidez de tráfego exigíveis de uma auto-estrada, mas também ao nível da segurança rodoviária, em função das alterações às condições de circulação, com a redução de perfis transversais, desvios da faixa de rodagem, supressão de bermas, etc.-----

-----Trata-se de uma situação que não é ilegal, porque a Lei aprovada pela maioria parlamentar do PS permite que ela se verifique quotidianamente. Mas é sem dúvida uma situação imoral, porque se traduz na penalização constante e reiterada das populações, dos utentes, das empresas, face ao pagamento por um serviço que simplesmente não está a ser prestado há anos.-----Uma lei errada e injusta deve ser alterada o quanto antes, e é nesse sentido que se apresenta esta moção, com vista à

correção da inaceitável injustiça que actualmente permanece em vigor.-----O que agora está em causa é a questão de decidir se um automobilista numa auto-estrada, obrigado a circular em condições de segurança, velocidade e conforto piores do que as de muitas estradas municipais, deve pagar a mesma portagem que paga quando estão reunidas as condições normais de circulação nessa via. Para nós a resposta é evidente e indesmentível. É inaceitável que seja cobrada portagem num troço de auto-estrada que não o é na prática e é de elementar justiça que se consagre, também nesta matéria, o princípio de que serviço não prestado ou não disponibilizado é serviço que não tem de ser pago.-----A verdade é que não

estamos, de modo algum, perante uma questão nova. De facto, esta é uma questão essencial do projecto de Lei n.º 145/X, projecto esse que mereceu o voto favorável unânime do Parlamento.-----

--Como tal, o Grupo Parlamentar do PS, sabendo o que estava a votar, aprovou esse projecto de lei, incluindo esta norma.-----

Propomos assim que se proceda à dedução imediata da taxa de portagem, nos casos em que se verifique uma ou mais das seguintes situações: (1) Redução do limite máximo de velocidade de circulação; (2) Redução do número de vias em serviço; (3) Desvios da faixa de rodagem; (4) Supressão de bermas.-----Desta

feita, nos casos em que as concessionárias não cumpram sequer as condições mínimas de circulação, consideramos que o que está em causa, muito mais que uma situação a justificar a não cobrança de portagem, é um caso de incumprimento a exigir compensação ao utente. Assim, propomos que se aplique à concessionária o mesmo critério que se aplica ao utente quando este incorre em incumprimento.-----Os

utentes são obrigados de forma implacável a pagar esse montante quando, por lapso, entram na auto-estrada através do corredor da “Via Verde”, ou quando perdem o cartão de entrada na portagem. E isto apesar das concessionárias, na grande maioria dos casos, terem os meios técnicos necessários para confirmar o local e o momento exacto da entrada da viatura na auto-estrada.-----É de elementar justiça, então, que uma empresa detentora da concessão de uma auto-estrada, quando incorra em incumprimento, seja obrigada a compensar os seus utentes, nos mesmos termos em que estes são penalizados quando a situação é a inversa: o pagamento obrigatório de um montante correspondente ao dobro do valor máximo da portagem cobrável no local. O mesmo deve valer, de resto, para a definição dos critérios a aplicar no quadro contra-ordenacional.-----

Nestes termos, e face ao exposto, a Assembleia Municipal de Torres Vedras recomenda que a Câmara Municipal reclame junto do Governo Central a não obrigatoriedade de pagamento pelos utentes da A8, ou dos troços sujeitos a obras, descontando-se para o efeito no total da respectiva

portagem.”-----

-----O líder do Grupo Municipal do Partido Social Democrata **Sr. Luís Carlos Lopes**, declarou que iriam votar a favor. Lembrou que todos passam por este via diariamente, já sem falar da questão das portagens serem mais caras, que foi abordada no relatório da comissão do mandato anterior, mas porque entende que os serviços devem ser pagos quando são de qualidade.-----O **Sr. João Pedro Gomes**, disse que o CDS-PP associa-se à moção sem qualquer tipo de complexo ou problema porque é a realidade que aflige muitos utentes. Além do excessivo tempo que as obras estão a demorar, há também a questão da segurança que não sabe se está assegurada e concorda que devem reclamar.-----O **Sr. Presidente da Câmara** interveio no sentido de alertar aos proponentes da moção que não faz sentido a Assembleia Municipal remeter para o Executivo, ficando sujeita a votação deste órgão quando têm todos os poderes.-----Estavam a minorar a Assembleia Municipal, até porque uma comissão deste órgão desenvolveu um relatório sobre este assunto no mandato anterior.-----No pressuposto de que este é o único obstáculo para a orientação de voto do Partido Socialista o líder do Grupo Municipal da CDU **Sr. Nozes Pires**, propôs que se alterasse o último parágrafo do documento em apreço, tendo o mesmo ficado com a seguinte redacção: ”Nestes termos, face ao exposto, a Assembleia Municipal de Torres Vedras reclama junto do Governo Central a não obrigatoriedade de pagamento pelos utentes da A8, ou dos troços sujeitos a obras, descontando-se para o efeito no total da respectiva portagem”.-----O Membro **Jorge Ferreira** argumentou que para além desta alteração, há mais algumas questões de forma e que partidariam um pouco texto, pelo que o Grupo Municipal do Partido Socialista apesar de reconhecer o interesse que seja feita justiça na retribuição do serviço/pagamento, necessita de analisar mais profundamente a moção antes de a votar.-----O **Sr. Marco Claudino** anotou que lhe parece uma questão simples e poderia ser resolvida corrigindo o texto propondo seguinte redacção: “ A Assembleia Municipal reclama junto do Governo Central que opere os mecanismos necessários para que enquanto esta estrada que se diz auto-estrada não tenha as condições nem a natureza real de auto-estrada os utentes não a paguem.”-----É sobre esta questão de substancia que o PS tem que votar a favor, contra ou abster-se mas sabe que esta força partidária tem alguma dificuldade em reclamar contra o governo central, aquilo que é justo.-----

-----O **Sr. António Carneiro** disse que por causa deste intervenção votaria contra, até porque não é o governo que está em causa, mas a concessionária da auto-estrada é a Auto-Estradas do

Atlântico.-----Pedi novamente a palavra o *Sr. Jorge Ferreira*, recordando que fez parte da Comissão de Avaliação das Portagens na Auto-Estrada A8 e a sua comparação com as das restantes Auto-Estradas do País, cujo relatório concluiu que os preços são os mesmos.-----O *Sr. Marco Claudino* entendeu que se trata de um outro critério para votar contra, fazendo notar que o que a Coligação Democrática Unitária propôs foi oficial ao governo do entendimento da Assembleia, que a via serve milhares de torrienses que vão para Lisboa, porque não têm emprego em Torres Vedras, e estão a pagar um serviço de valor acrescentado, sem auferir desse serviço.-----Acrescentou que cabe ao governo pressionar a concessionária.-----Registou que não aceita este pensamento de desistência de afirmação da região a nível nacional, indo o PSD votar a favor, o que fariam independentemente da cor partidária do governo.-----O *Sr. Rui Prudêncio* interveio para alertar que a lei permite que cada um dos utentes reclame junto de quem de direito. Anotou que pelo conhecimento que tem as obras estão cumprir as normas técnicas e legais pelo que não entendem esta posição.-----

----Concluídas as intervenções passou-se à votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado rejeitar, por maioria de 18 votos contra, 14 votos a favor e 6 abstenções a moção em título.-----

RECOMENDAÇÃO – MODERNIZAÇÃO DA LINHA DO

OESTE:----- O Líder do Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária , *Sr. Nozes Pires* leu a seguinte recomendação:-----

----“Há demasiado tempo que a população da região Oeste se confronta com uma situação de paralisia e degradação das condições do transporte ferroviário.-----Ao longo dos anos, sucederam-se as promessas e os anúncios mediáticos de grandes investimentos ou de estudos e planos que, ou não chegam ao fim ou são abandonados. Ao longo dos anos, a modernização da Linha tem sido condicionada à existência de um Plano Estratégico - durante a campanha para as legislativas de 2009 o Governo PS anunciou milhões para investimentos na linha sem que, contudo, tal Plano visse a luz do dia.-----Depois de toda a propaganda durante a pré-campanha e a campanha eleitoral, é no mínimo digno de espanto e de indignação que agora o Orçamento do Estado e o respectivo PIDDAC, há dias apresentados pelo Governo, não incluam uma palavra nem um cêntimo de investimento para a Linha do Oeste. Não sabemos, portanto, quais as soluções do Governo para a modernização e gestão da Linha, mas sabemos que o Governo aponta por decreto-lei (pela revisão dos Estatutos da CP) para a possibilidade de desmembramento da CP enquanto operadora pública do transporte ferroviário nacional, admitindo a subconcessão a privados das suas linhas e serviços.-----O PCP tem reclamado o urgente

desbloqueamento de verbas e a devida dotação orçamental, bem como o aproveitamento de fundos comunitários para um investimento público que permita decididamente dotar a Linha do Oeste, no quadro da sua unidade e natureza pública, das condições necessárias para a sua utilização pelas populações, pelas empresas e pelos milhares de turistas que todos os anos visitam a região.-----São medidas

urgentes a electrificação da linha; a colocação ao serviço de novo material circulante, em condições de reduzir o tempo de deslocação; o acesso a outras linhas; a reconfiguração de horários de acordo com as necessidades concretas das populações; a definição de tarifas socialmente justas, acessíveis e incentivadoras do uso do transporte colectivo; a recuperação e modernização das estações conferindo-lhes conforto, funcionalidade e atractividade; o desenvolvimento de acções de promoção deste modo de transporte; e a rentabilização da linha para o transporte de mercadorias no quadro do sector público de transporte.-----É inaceitável qualquer perspectiva de privatização, no todo ou em parte, da Linha do Oeste, à imagem do que sucedeu com o Eixo Ferroviário Norte/Sul - incluindo a ligação pela Ponte 25 de Abril - com a sua entrega à empresa privada Fertagus. Pelo contrário, o que é exigível é a perspectiva de investimento na rede ferroviária e do seu planeamento e gestão como um todo, quer na vertente da Alta Velocidade, quer na ferrovia convencional; e a defesa do transporte ferroviário enquanto serviço público e factor estratégico de desenvolvimento, de uma forma integrada, articulada e harmoniosa.-----Por

estas razões a CDU recomenda ao Executivo Camarário que questione o Governo sobre as medidas que este tenciona tomar para que a modernização da Linha do Oeste avance e se pretende ou não privatizar alguma parte da Linha do Oeste.”-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* tomou a palavra para declarar que nada tinha a opor, quanto ao mau serviço que está a ser prestado pela REFER na Linha do Oeste.-----No entanto entende que é minimizar o papel do Órgão Deliberativo remeter a recomendação ao Órgão Executivo quando tem uma figura regimental para o fazer.-----

----Acrescentou que sobre este assunto, ele, enquanto representante da OesteCim na Comissão de Acompanhamento do Plano de Acção do Oeste, tem insistido na ausência de informações que a REFER mantém.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CARNAVAL DE TORRES VEDRAS -----

2010:-----O *Sr. António Carneiro* felicitou o município, a Promotorres, os torrienses em geral e os foliões que se associaram à festa, anotando

que apesar das condições desfavoráveis ficou bem patente pujança deste evento.-----Registou que desde 1985 que não tinha memória de um Carnaval se realizar em condições tão adversas, em que a Natureza alternou com dias bons, quando não era necessário, e não fora o nome e o Carnaval de Torres não teria tido o brilho, qualidade e a participação que teve.-----Reiterou os parabéns a toda a organização e aos trabalhadores envolvidos, que nestas condições, tiveram mais dificuldade em cumprir o que estava estipulado.-----Lembrou que Torres Vedras foi o primeiro Carnaval do país a fazer carros com sátira política, que lhe deu nome, o 1.º curso escolar, o 1.º curso nocturno etc, foram sempre inovadores e na sua esteira vieram outros, para manifestar a sua preocupação por se ter apercebido, através da televisão que Carnavais noutras localidades avançaram para o mesmo modelo.-----Pensa que face à boa imagem que goza pelos os festejos nocturnos, o Carnaval de Torres Vedras não terá concorrência por muito tempo, mas devia encetar-se um esforço de inovação, sem se distraírem em relação aos outros.-----Considerou que “Selva” o tema escolhido para o próximo ano é bom para fazer um extraordinário Carnaval, e a organização poderia equacionar levar a cabo com antecedência algumas acções paralelas referindo-se concretamente à programação do Teatro-Cine.-----Assim, referiu que na semana que antecede o evento, se poderiam realizar eventos ligadas à arte que cruzassem com o Carnaval e em particular com o tema deste ano, tais como exposições de fotos antigas, concursos de fotografia, iniciativas que, pensadas a tempo, ajudariam a promover o Carnaval sem aumentar os custos.-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que a edição de 2010 do Carnaval de Torres contou com 5h.26m de transmissões televisivas, sem contar com os canais por cabo, o que traduz a sua importância em termos nacionais. Estas horas de transmissão traduzem-se num valor contratual superior a €1 772 776,00 o que dá nota da repercussão que o evento tem.-----Aceitou as sugestões do membro, no entanto deu nota do quanto é difícil “viver” o Carnaval em Torres Vedras 15 dias antes do evento começar, porque é tudo muito na hora. Não quer dizer que não se esforcem.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

TVPAR – PARQUES EMPRESARIAIS DE TORRES VEDRAS, S.A.:-----O membro *Luís Carlos Lopes* interveio no sentido de voltar a abordar questões sobre a sociedade em título exposto por ele na sessão anterior, não pondo em causa os esclarecimentos dados na altura pelo Vice-Presidente Carlos Bernardes.-----Começou por aludir às verbas que o

município “enterrou” na TVPAR, lembrando que esta sociedade gestora de parques empresariais no Concelho de Torres Vedras, tem quase 10 anos, cujo capital social é subscrito em 51% pela Parque-Invest, 40% pela autarquia, 4% pela Europar, 2,5% pela ADRO e 2,5 % pela ACIRO. Recordou que na 1.ª fase estavam previstos cerca de 10 lotes individuais e mais 2 lotes com áreas para serviços.-----Lembrou ainda o Sr. Presidente da Câmara que em 2006 se absteve nas Contas de 2005 e que da última vez que no Executivo falaram sobre este assunto, manifestou algum desconforto, especialmente no que se referia ao desenvolvimento da 2.ª fase.-----Ainda que o Vereador Carlos Bernardes tenha dito que o Estudo de Impacto Ambiental da 2.º fase estaria a avançar, não transmitiu conforto e o que sente mais nesta empresa é silêncio.-----Assim, questionou qual o prejuízo acumulado, qual o estado de arte da 2.ª fase, se a remuneração do administrador se mantém, se houve renovação de mandatos no Conselho de Administração, assim como às dúvidas sobre obras executadas pela entidade sócia e política de comercialização que terão levado o Edil a abster-se em 2006.-----Referiu ainda que a Câmara Municipal já gastou imenso neste parque empresarial, executou o saneamento básico e a rede de distribuição de água do loteamento do Paul, e também aprovou recentemente contrapartidas por causa dos acessos.-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que no final do mês, altura que se realizarão as assembleia gerais, estará na posse de mais dados para fornecer.-----Anotou que a Parque-Invest atravessa algumas dificuldades e vão aguardar, mas tem a certeza que o futuro da TVPAR vai ser diferente.-----Informou que a Parque-Invest oficiou a autarquia que está interessada em comprar ou vender a sua parte, interpretando ele que quer mais vender do que comprar.-----Informou ainda que existem dois lotes por vender, que avançaram com a 2.ª fase, e quanto à ampliação do loteamento, não avançou, muito devido à crise que se atravessa.-----Entende o membro, mas contesta a afirmação que a Câmara “enterrou” muito dinheiro na TVPAR, pois a participação foi feita em terrenos, e investiram no crédito que tinham sobre a sociedade nas infra-estruturas da urbanização, até chegar aos terrenos.-----Julga que o caminho a seguir vai ser a Câmara Municipal negociar a sua parte.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

INICIATIVAS DO PSD – AUDITÓRIO DA CÂMARA

MUNICIPAL:-----O *Sr. Marco Claudino* agradeceu ao edil pela celeridade de resposta ao pedido do Partido Social Democrata de cedência do auditório municipal da Av. 5 de Outubro, para realizar duas iniciativas e que constituiu condição necessária para que se concretizassem.-----A Assembleia Municipal tomou

conhecimento.-----

**SEGURANÇA NO CONCELHO/ CRIAÇÃO DE COMISSÃO DE SEGURANÇA/
REGULAMENTO DE PROTOCOLO DE**

CONVITES:-----Para se reportar às questões de segurança no concelho *Sr. Marco Claudino* começou por dizer que o PSD não tem uma visão sectária ou partidarista sobre este assunto, mas sim uma visão de querer solucionar em conjunto com todas as forças partidárias este problema que é novo e urge resolver.-----

----Disse ainda que foi neste sentido que os Vereadores do Partido Social Democrata apresentaram propostas para que se estudassem soluções alternativas ou complementares para que em Torres Vedras a segurança volte a ser um dado adquirido.-----

-----Salientou a importância de uma proposta que foi aprovada por todos os vereadores e que respeita à criação de uma comissão para acompanhamento de segurança no concelho, na qual estão presentes entre outros o Vice-Presidente da Câmara e o Vereador do PSD, Paulo Bento.-----Tendo o Partido Social Democrata proposto uma comissão que é inter-partidária, de boa fé e no sentido de encontrar soluções em conjunto para o problema, manifestou o espanto por ter tido conhecimento que a Câmara Municipal vai reunir com um grupo de comerciantes sobre a segurança e a comissão não foi convidada. Com esta ausência de convite o PSD fica sem poder ajudar.-----Aproveitou para lembrar que o Presidente da República veio a Torres Vedras, depois da intempérie que devastou o concelho e o PSD também não foi convidado para estar presente.-----Deste modo e no âmbito do Estatuto do Direito de Oposição informou que o Partido Social Democrata vai pronunciar-se sobre esta matéria e vai apresentar em Março uma proposta de protocolo municipal onde esteja consagrado quando é que a oposição deve ser convidada para os eventos, para que seja este Órgão Deliberativo a decidir.-----

-----Acrescentou que o Partido Social Democrata quer contribuir com o exercício do seu mandato e querem que fique determinado quando é que os partidos políticos da oposição devem ser convidados.-----

-----O representante do CSD-PP, *Sr. João Pedro Gomes* começou por apresentar votos de rápidas melhoras ao Presidente da Assembleia Municipal. Depois afirmou que de facto se verifica criminalidade organizada mais violenta sem as autoridades a conseguirem responder.-----Lembrou que a reforma do Código Penal foi tudo o que menos precisavam, o que aliado a outros factores desencadeou este agravamento.

-----Nesta sequência, defendem que se estude as vantagens da vídeo-vigilância que permita aos cidadãos sentirem-se seguros assim como

as razões da sensação de “não presença” das autoridades policiais no centro da cidade, tendo presente que talvez a passagem da PSP a destacamento resolvesse o problema.-----

----O **Sr. Jorge Ferreira** manifestou a vontade do Grupo Municipal do Partido Socialista em contribuir para dar respostas aos problemas de segurança e encontrar, com total abertura, medidas que se venham a revelar as melhores soluções.-----Saudou a Câmara Municipal pela

criação da Comissão de Acompanhamento já referida que é pluri-partidária com um suporte técnico, a qual terá que apresentar um relatório final com as respectivas conclusões.-----Depois

de todos os dados que lhes foram fornecidos, anotou que apesar de tudo não se trata de uma situação calamitosa, pelo que têm a responsabilidade de procurar ser eficazes na resolução, sem provocar alarmismos e criar mau nome para o concelho.-----O **Sr.**

Presidente da Câmara fez notar que a proposta do Partido Social Democrata em causa, foi para se criar uma comissão que viesse a estudar a possível instalação de vídeo-vigilância no concelho e a criação de policia municipal, tendo sido ele que propôs a constituição da mesma.-----O

membro devia ter-se informado que ele propôs que a comissão tivesse três técnicos e dois Vereadores, tendo o Partido Socialista indicado de imediato o Vereador Carlos Bernardes, mas o Partido Social Democrata, à data, ainda não o tinha feito. Mesmo que tivesse indicado não seria convidado, como também não seriam convidados os técnicos para a reunião com os comerciantes, porque é uma comissão técnica e não política.-----Informou ainda que as reuniões

estavam agendadas há mais de 15 dias, e fazem parte de um processo em curso já há algum tempo.-----Sobre a referência ao

Presidente da República, esclareceu que, enquanto Presidente da Câmara foi convidado por telefone pelo Chefe da Casa Civil no dia antes. Foi um convite só para ele, que muito o honrou mas para mais ninguém, pelo que se o membro quer reclamar deve-o fazer à Casa Civil.-----

----Por último informou que a reunião que se realizou na véspera foi proveitosa e contou com a presença Governador Civil, Secretária de Estado, Comandos Distritais da PSP e GNR e os comerciantes, tendo ficado definido que se avançaria para um Contrato Local de Segurança. Foi também criada uma comissão para se fazer o diagnóstico da situação e definir o perímetro, onde se irá

intervir.-----

-Foi um primeiro passo para se ter mais policiamento, sem prejuízo de nos dias seguintes aos

incidentes ter-se notado um reforço de policiamento na rua, o que foi notório para quem anda pelo Centro

Histórico.-----

Este contrato será um ponto de partida para se ir avaliando ao dia os seus efeitos, e a possibilidade/necessidade de se ter que implementar outros meios, para além do Contrato Local de Segurança.-----

----Frisou que se há muito que estão preocupados, agora estão mais preocupados, não pelo aumento de actos criminosos no concelho que está estável tal como referiu o membro Jorge Ferreira, mas pelo aumento de violência das mesmas.-----

----O membro **Marco Claudino** disse que a sua intervenção foi para salientar que é importante que os actos de deferência que o Presidente da Câmara faz com a oposição de quando em vez, não sejam uma mera tolerância, mas sejam consagrados expressamente num regulamento municipal.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento,-----

CENTRO HOSPITALAR DE TORRES

VEDRAS:-----Sendo a primeira Assembleia Municipal de 2010 a **Sra. Susana Neves** começou por desejar a todos um bom ano e que neste grandioso palco construam uma política de solidariedade e uma política partilhada, em prol de todos os torrienses.-----Depois congratulou a instituição

em título, por ter o 4.º melhor serviço de Ortopedia no universo dos hospitais nacionais com serviços análogos, segundo estudo revelado pela escola Nacional de Saúde Pública. Felicitou o Centro Hospitalar com votos que continue.-----A Assembleia municipal tomou conhecimento.-----**PRÉMIO ROCK IN RIO –**

ATITUDE SUSTENTÁVEL:-----

----A **Sra. Cláudia Ferreira** salientou o facto de Torres Vedras estar entre os três municípios finalistas no Prémio Rock in Rio – Atitude Sustentável, o que a todos deve orgulhar, não só pela importância mundial do festival em si, como pelo facto da cidade preencher os requisitos para se tornar finalista.-----

Anotou que contribuiu para tal serem um dos primeiros municípios portugueses a assinar os Compromissos de Aalborg, terem um Plano Municipal de Ambiente, a Agenda 21 Local e um Plano Municipal de Recursos Naturais.-----Deu nota que foi o

próprio júri do concurso a afirmar que, no terreno são visíveis numerosas acções com excelentes resultados tais como, o Parque Verde da Várzea, as pistas de bicicleta, as intervenções de requalificação da orla litoral e centros de educação ambiental.-----Realçou,

ainda, que nos motivos para o apuramento contou o facto de o Centro Histórico de Torres Vedras ter vindo a ser objecto de requalificação urbana, tendo ganho financiamento QREN no âmbito das Parcerias para a Regeneração Urbana, desta cidade ser muito activa na dinamização económica e desenvolvimento social, ter uma Rede Social em bom funcionamento, ter uma feira de produtos agrícolas e a dinamização cultural ser uma forte marca de Torres Vedras.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

INTEMPÉRIE DE 23 DE DEZEMBRO 2009 – ACTUAÇÃO DA PROTECCÃO

CIVIL:-----Passados mais de dois meses sobre a madrugada de 23 de Dezembro, o Membro *José Vale Paulos* interveio para fazer o balanço dos prejuízos causados pela intempérie ocorrida neste região do Oeste e em particular, no concelho, que foi violentamente assolado por ventos ciclónicos com rajadas que chegaram a atingir os 220 Km/hora, causando estragos superiores a 50 Milhões de euros, em estruturas públicas e privadas nas diversas áreas de actividade, provocando um cenário de catástrofe por toda a Região.-----

-----Registou uma resposta de socorro com bastante eficácia da Protecção Civil, perante esta situação inédita. Havia um alerta de precipitação forte e intensificação da velocidade do vento, através do Comunicado Técnico Operacional, pelo Serviço Municipal de Protecção Civil de Torres Vedras mas não houve a previsão dos ventos ciclónicos, bem como da agitação marítima.-----

-----Referiu que esta catástrofe justificou a convocação da Comissão Municipal de Protecção Civil de Torres Vedras, pelo Vereador com o Pelouro da Protecção Civil, para decidirem a activação do Plano Municipal de Emergência.-----

-----Salientou que a activação do PME é muito importante nestes casos de catástrofe, quando a emergência local não pode ser gerida de forma eficaz usando apenas os recursos das entidades que fazem parte da Protecção Civil do Concelho.-----

-----Deu nota que a activação do Plano é necessária para implementar e agilizar o acesso a recursos de resposta suplementar, tais como, meios e equipamentos públicos ou privados e para mobilizar todos os Agentes de Protecção Civil, coordenados a uma só voz, sendo necessários todos os recursos para a resolução dos problemas.-----

-----Foi o caso, da mobilização das máquinas industriais pesadas de privados e de madeireiros com motosserras, para actuar numa vasta área de intervenção com rapidez na desobstrução de caminhos e estradas e possibilitando o socorro a pessoas e bens .A mobilização de todos os agentes de Protecção Civil, com a boa organização dos meios, foi meio caminho para o sucesso alcançado.-----Deu nota ainda que o planeamento nesta matéria foi desenvolvido ao longo dos últimos anos de forma constante e evolutiva sendo que o Serviço Municipal de Protecção

Civil aprovou o seu primeiro Plano de Emergência, em Janeiro de 2002, seguindo-se mais três revisões, de acordo com as necessidades de actualização e mediante a legislação em vigor.-----Lembrou ainda que o Plano Municipal de Emergência na versão II, foi activado a 24 de Novembro de 2006, devido à ocorrência de forte precipitação, originando inundações e cheias em diversos locais do concelho.-----Concluiu

indicando que a intempérie atingiu todas as 20 freguesias deste concelho, especialmente a zona litoral que foi a mais fustigada, destacando-se a destruição, entre outras, de: Estufas, com uma importância muito representativa na actividade económica do concelho, Parque de campismo de Santa Cruz, Pinhal dos Casalinhos de Alfaiata, Pavilhão Polidesportivo do Sobreirense e Colónia de Férias da Segurança Social na Praia Azul;-----Registou também a queda de árvores, poste de electricidade, telefones, painéis publicitários, sinalética de trânsito, muros, chaminés, telhados, barracões diversos, danos em viaturas, etc.-----Deu nota que com o intuito de se inteirar da situação, o Governador Civil e vários ministros visitaram de imediato o concelho, tendo o Governo desencadeado algumas medidas para minimizar os prejuízos, nomeadamente, apoio ao Sector Agrícola e criação de uma linha de crédito com juros bonificados.-----

-----Salientou que Protecção Civil actuou desde a primeiro momento de uma forma bastante eficaz, assegurando a resposta adequada a mais de 2.000 ocorrências.-----Manifestou grande satisfação à resposta eficiente e organizada da Protecção Civil deste concelho. Nestas situações é que se conclui que o investimento no desenvolvimento da Protecção Civil, foi e tem que continuar a ser positivo.-----Saudou o Presidente da Câmara, como Director do PME, Carlos Miguel, o Vice-Presidente, com o Pelouro da Protecção Civil, Carlos Bernardes, o Comandante Operacional Municipal; Fernando Barão e a todas as entidades e agentes da Protecção Civil que intervieram de forma exemplar.-----Por último questionou o Executivo se está prevista de imediato a revisão do Plano Municipal de Emergência, no sentido de se introduzirem as correcções necessárias após esta ocorrência.-----Questionou ainda se está previsto colocar, no capítulo da análise de riscos realizados, na relação dos riscos com maior relevância, no concelho concretamente” os ventos ciclónicos e tornados”.-----

-----O **Sr. João Pedro Gomes** também destacou o desempenho das Forças Policiais, da Protecção Civil e do Vereador Carlos Bernardes pela prontidão com que actuaram, pelas diligências que realizaram, no intuito de minimizar ao máximo os danos causados por esta intempérie.-----Disse que gostaria de saber se os apoios contratualizados estão a ser

cumpridos, solicitando que a Câmara Municipal fizesse esta fiscalização e dê mais importância à agricultura-----

-----O **Sr. Rui Prudêncio** interveio para dar nota que para além das entidades já mencionadas tinham também que realçar o excelente trabalho realizado pelo Governo nesta questão, que esteve presente desde o primeiro momento, e fazendo um pequeno balanço sobre a sua actuação.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

FREGUESIA DA FREIRIA -

MATERIAL:-----No seguimento da intervenção anterior o Presidente de Junta de Freguesia da Freiria, **Sr. Paulo Marreneca** também registou o bom trabalho da Protecção Civil, aquando a intempérie ocorrida no dia 23 de Dezembro do ano transacto.-----Deu nota que a freguesia que preside não foi muito afectada mas se tivesse sido não tinha telefones fixos nem móveis o que é grave quando se quer coordenar os trabalhos com a Protecção Civil.-----

-----Lembrou que em altura de inundações já andou com o seu carro a distribuir água às populações e alertou que nas freguesias não existe equipamento que lhes permita prestar ajuda imediata aos habitantes.-----

-----Referiu ainda que já sugeriu ao Vereador Sérgio Galvão proporcionar às Juntas de Freguesia, veículos todo o terreno e dotá-las de meios logísticos fundamentais tais como moto serras, guinchos, etc. Em termos de comunicações, o rádio continua a ser fundamental quando tudo falha, e querem geradores para o efeito.-----

-----Assim deixava este apelo à consideração da Câmara Municipal, para que possam de uma forma efectiva e positiva coordenar as acções com a Protecção Civil.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** observou que a política de aquisição de veículos é da própria Junta de Freguesia. A Câmara Municipal, transfere verbas através de protocolos, mas cada junta é que determina as suas prioridades.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----O membro **Luís Carlos Lopes**, solicitou que se discutisse primeiro o ponto 4, considerando que deviam primeiro aprovar a aquisição de terrenos e depois o empréstimo para a sua aquisição.-----O Presidente da Mesa, submeteu à consideração a proposta que teve a anuência da Assembleia Municipal.-----

PONTO 4 - AUTORIZAR A AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS A NORTE DA IGREJA DE SANTIAGO EM TORRES VEDRAS, EM CUMPRIMENTO DA ALÍNEA D) DO N.º 2 DO

ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

Presente ofício número 138, da Câmara Municipal, de 5 de Janeiro último, a remeter o processo em título, atentas as competências da Assembleia Municipal nesta matéria.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* fez um breve historial do processo, salientando que a receita do estacionamento automóvel público a funcionar de forma provisória no imóvel em título, que foi cedido pela E.I.I.O, S.A. há cerca de 3 anos, têm revertido a favor de instituições do concelho.-----

Deu nota que há muito que os proprietários têm propostas urbanísticas para o local, e que, apesar de aprovadas pela autarquia, nunca obtiveram parecer favorável do IGESPAR.-----

Assim, e conscientes da importância do imóvel em causa para o Centro Histórico, nomeadamente no que respeita ao estacionamento, foram encetadas negociações com o interesse de ambas as partes, sendo que a câmara pretendia liquidar o preço de forma protelada.-----

Mais informou que consideraram o imóvel em causa o espaço ideal para ali construir a futura Biblioteca Municipal, sendo todo o estacionamento no subsolo de utilização pública. -----

Referiu que sempre advogaram a construção de um equipamento de excelência no Choupal, o qual nunca levaram a reunião de câmara, porque entenderem que essa deliberação devia ser antecedida de um debate mais amplo pela sociedade torriense sobre as vantagens e inconveniências da localização para a Biblioteca. Também entenderam que tal debate só devia ter lugar quando o Pólis fosse efectivo.-----

Referiu ainda que encetaram contactos com o reitor da Universidade de Lisboa, a qual pretende vir construir um Arquivo da Universidade de Lisboa, privilegiando Torres Vedras para a sua localização. Assim e mesmo com aprovação da Biblioteca nesta zona, têm perspectivas sérias e reais de poderem ter um outro equipamento de referencia no Choupal, até porque a área pretendida pela universidade é sensivelmente a área prevista no Plano de Pormenor-----

-----Estão perante um cenário que é bom para a cidade, bom para o município e essencialmente muito bom para o Centro Histórico, que tanto os preocupa.-----

-----Usou da palavra o membro *Marco Claudino* para dizer que este acto de contrição do Partido Socialista, traduz-se numa grande vitória do PSD em Torres Vedras, da cidade mas sobretudo do concelho e também da JSD.-----

Nesta sequência explicou que há cerca de 5 anos atrás, num abaixo-assinado de fim de semana, a JSD quase que fez o discurso do Presidente da Câmara de hoje.-----

No mesmo diziam que caso seja construída uma Biblioteca de raiz, que a mesma fique o mais perto possível das escolas, e que não queriam avançar com o local, porque pensam que com o debate que pretendem que ocorra fruto da questão, possam aparecer sugestões da comunidade civil. -----

-----Parece-lhe que também foi este o entendimento do Dr. Carlos Miguel. Que devia haver um debate da sociedade para aferir qual seria a melhor localização da Biblioteca.-----Sempre foram contra, a instalação da Biblioteca no Choupal, pois estava desagregada das escolas, do terminal rodoviário e era importante que ficasse no centro.-----Do referido abaixo-assinado citou “ que fique claramente assente que não estão contra a construção de uma nova Biblioteca, mais moderna e mais adequada aos tempos de hoje, mas estão completamente em desacordo com o local escolhido. Estamos convictos que o poder da razão, do bom senso e a adesão maciça dos cidadãos conseguirão alterar a posição defendida do Sr. Presidente da Câmara.”, fazendo notar que assim aconteceu.-----Reafirmou que é um dia de vitória do JSD em Torres Vedras mas sobretudo da comunidade.-----Se o Partido Socialista concorda sempre com o que o Edil diz é problema deles. O Partido Social Democrata mantém o que disse há 5 anos atrás.-----

-----Disse que o Partido Social Democrata é favorável à intenção de adquirir este espaço, é favorável ao destino pretendido para o mesmo, mas não quanto ao preço.-----Não sabem se é um bom preço, porque não há uma avaliação técnica do imóvel e questionam o Presidente se acha que fez um bom negócio só porque protelou por 6 anos o pagamento que foi solicitado.-----

-----Não acredita que o Presidente não tenha pedido uma avaliação externa para suportar tecnicamente esta decisão que é política. Reforçou que é necessário uma avaliação que suporte a decisão de aprovar a aquisição de um imóvel pelo valor de €1.000.000, sem a qual, a Assembleia Municipal enquanto órgão fiscalizador, não consegue saber se a Câmara Municipal cumpriu o princípio da boa gestão.-----

-----Reafirmou que foi uma grande vitória do Partido Social Democrata ter feito com que o Presidente da Câmara mudasse de opinião.-----

-----O **Sr. Hugo Lucas** começou por felicitar a JSD por esta grande “vitória” desde Outubro de 2009.-----

-----Depois felicitou o Executivo pela apresentação da proposta de aquisição. O terreno em causa está num espaço central e nobre da cidade, e tem uma vocação claramente pública.-----Defendeu que sendo terreno de particulares e tendo surgido a oportunidade de trazer para o domínio municipal, a Câmara Municipal fez muito bem em não deixar fugir a oportunidade, ainda mais tendo negociado a forma dilatada de pagamento.-----Considerou que a construção da nova biblioteca no terreno e as 8.000 visitas mensais que a mesma tem, vem trazer um maior dinamismo a

esta zona. A aquisição deste espaço e a instalação da biblioteca, surge integrado num conjunto de acções como sejam, o novo Plano Pormenor de Reabilitação do Centro Histórico, dotado de maior flexibilidade e realismo face às vivências actuais, o Mercado Municipal e o Programa “ Torres ao Centro” com um investimento de €9.000.000.-----Acrescentou que estas acções ao serem realizadas em conjunto e devidamente concertadas, vão dar definitivamente uma nova vida ao centro histórico.-----Manifestou o agrado pelo facto de o Executivo ter procurado um novo equipamento para onde estava prevista a Biblioteca, não descurando o Choupal. É com satisfação que vê as conversações com a Universidade de Lisboa e a colocação dos seus arquivos na cidade, trazendo um equipamento importante, o qual trará, está certo, um largo conjunto de pessoas ao Choupal.-----Pensa que irão aprovar esta aquisição, e face ao que consta no Plano de Pormenor de Reabilitação do Centro Histórico, criará mais uma praça, que a juntar-se às praças e largos existentes vem contribuir para uma vivência própria desta parte do Centro Histórico.-----Interveio de seguida o **Sr. João Pedro Gomes** para manifestar a concordância do CSD-PP com a localização da Biblioteca, não só porque é uma infra-estrutura necessária à população, mas também porque vai permitir prestar mais serviços para além dos à data disponíveis. Também é importante na perspectiva duma dinamização do Centro Histórico, do seu comércio e pelo estacionamento previsto.-----Diss e não saber se o custo proposto é justo, mas entende que a Câmara Municipal devia ter feito a avaliação do imóvel.-----Atento ao facto de o projecto que vier a ser elaborado para o local, estar obrigado a um parecer do IGESPAR, e podendo esta entidade se pronunciar desfavoravelmente, entende que a Câmara Municipal devia ponderar um processo alternativo.-----O **Sr. António Carneiro** disse que a aquisição em discussão foi aprovada pelo Órgão Executivo por unanimidade, e tendo o Órgão Deliberativo um papel fiscalizador não se atreve a duvidar da honestidade intelectual e da capacidade de quem os eleitores torrienses elegerem.-----Observou que a lei obriga a que Assembleia Municipal autorize esta aquisição, cuja votação vem com uma carga fortíssima, pois trata-se de comprar algo que tem um sentido tão estruturante.---
----Considerou as questões do Partido Social Democrata legítimas mas sem sentido.-----
----Indicou ainda que neste espaço deve ser criado um equipamento, com horário mais alargado do que o praticado pela Biblioteca e que permita a dinamização do Centro Histórico à noite.-----A **Sra. Ana Elisa** defendeu que aquando da discussão do Plano de Pormenor do Choupal se falou em colocar ali Biblioteca com o objectivo de eliminar a fronteira que o rio traz,

pareceu-lhe ser uma proposta integradora da cidade, até porque a cidade não acaba ali na ponte e as crianças poderiam frequentar a Biblioteca atravessando a Ponte de São Miguel ou o Pátio Alfazema.-----Também concorda com a proposta agora apresentada pelo Dr. Carlos Miguel, até porque se encontrou uma boa solução para o Choupal e para reabilitar este espaço.-----

-----Quanto ao preço, deu nota que todos anos é publicada uma portaria que estabelece o preço por m²/construção, que é utilizado regra geral em termos comerciais, e segundo as avaliações que acompanha devido à sua actividade profissional, o preço deste imóvel parece-lhe ajustado.-----Depois desta intervenção o **Sr. João Bastos** disse que a avaliação de imóveis é uma questão séria que exige alguma especialidade, dando nota da fórmula a que a mesma obedece. Se fizerem as contas com rigor, nada tem a ver com o custo de m² para construção, o qual é uma referencia para o custo de construção.-----

-----No caso em análise, e já existindo um quadro com a capacidade edificatória da parcela em causa, e atendendo às contas que fez, consultando um avaliador oficial, o terreno está caro.-----No seguimento desta intervenção **Sr. Vale Paulos** interveio dizendo ser um facto conhecido que entre dois avaliadores uma avaliação nunca bate certo. O colega apenas informou sobre o método de custos, quando para um terreno com estas características no mínimo têm que avaliar por três métodos, ou seja o comparativo, o de custos e o do rendimento.-----

-----Anotou que poderia considerar o preço elevado se fosse efectuado o pagamento nesta altura que se faz a compra, mas têm que ter em consideração que o pagamento será efectuado até 2015.-----Considerou que o valor está ao nível do Código de Expropriações, quando para compras de idêntico valor.-----

-----Não concorda com o membro João Bastos pois entende que a Câmara Municipal negociando estes preços e ao fazer o pagamento até 2015 faz um bom negócio.-----O **Sr. António Carneiro** disse que faltava a justificação do “marketing”, ou seja é o preço que se está disposto a pagar por algo que lhe dê o benefício que quer.-----

O Autarca da Ponte do Rol, **Sr. Pedro Vasa** deu razão ao interlocutor anterior, e questionou se há necessidade de amarrar a Biblioteca a este espaço, pois pelo que percebeu não há nenhum estudo.-----

-----Terminadas as intervenções, teve a palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para prestar alguns esclarecimentos:-----

-----Lembrou que os estudos sobre o Plano de Pormenor do Choupal foram iniciados à dois mandatos atrás, quando o Partido Socialista não tinha maioria absoluta, tendo sido o entendimento

do Executivo que o Choupal precisava de equipamento. Entraram em divergência quanto ao tipo, tendo ficado definido esta mancha para equipamento no plano sem definirem qual era.

-----Lembrou ainda que o PP do Choupal foi aprovado pela Assembleia Municipal no ano transacto, pelo que o PS em todo o mandato anterior, gozando de maioria nos dois órgãos poderia ter proposto para o espaço a Biblioteca Municipal, mas não o fizeram de forma consciente e séria, para com o eleitorado, porque sempre entenderam que esta localização devia ser bem discutida pela população.-----Poderiam ter aprovado esta vontade do PS, e não estariam hoje a ter esta discussão, ou quanto muito estariam num acto de contrição, como o membro Marco Claudino referiu.-----Quanto ao dizerem que foi uma vitória do Partido Social Democrata e que impediram a construção da Biblioteca, frisou que não impediram nada, porque a Câmara Municipal poderia ter avançado o mandato passado.-----

Anotou que nunca viu alternativas do PSD para a sua localização, talvez porque não se lembraram ou porque não trabalharam o suficiente para ter a sorte de se lembrarem do espaço agora proposto.-----

-----Salientou que o PSD sempre foi e continua a ser reactivo, mas nunca foi activo.-----Prosseguiu indicando que esta é uma proposta do Partido Socialista, que se lembrou, que negociou e tem a certeza que será aprovada por unanimidade.-----

Relativamente ao preço, disse que é de mercado e os proprietários sempre tiveram uma postura de maior seriedade e abertura, informando a Câmara sobre o que o terreno lhes custou, o qual era o valor que pediam pelo mesmo, após o que, recolherem informação que era um preço justo, por parte dos técnicos camarários e de operadores imobiliários de Torres Vedras. Trata-se de um preço justo com a vantagem de pagarem de forma protelada.-----

Quanto a eventuais às restrições, informou que os problemas levantados pelo IGESPAR se referiam ao afastamento do projecto à igreja. Não está em causa a construção no espaço, mas uma questão de projecto. Deu nota ainda que no Plano de Pormenor de Reabilitação do Centro Histórico agendado no ponto 6 no regulamento prevê uma ocupação privada e uma para equipamento público. -----O **Sr. Marco Claudino** interveio novamente no sentido de questionar a razão de o edil ter a informação sobre os terrenos e não a ter disponibilizado aos membros da Assembleia Municipal. ----

-----Não duvidam do Edil, mas não dão cheques em branco, e deviam ter acesso à avaliação dos técnicos e de operadores imobiliários mencionada.-----

-----Disse que se alguém reagiu foi o Presidente, porque reagiu à ameaça do fecho do parque de estacionamento pelos proprietários do terreno. O Partido Social Democrata irá votar favoravelmente, mas o Órgão Deliberativo deve exigir a apresentação de um documento técnico que suporte uma

aquisição de €1.000.000,00-----

-----Tempo de crise, não é tempo de “marketing”, que serve para o privado, para o público é o preço do valor justo e da boa gestão administrativa.-----

-----Face a esta intervenção o **Sr. António Carneiro**, registou que seria levado a deduzir que os Vereadores do Partido Social Democrata estão no Órgão Executivo a fazer figura de “corpo presente”.-----

-----Nos termos do n.º 5 do art.º 48 da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção, pediu para intervir o **Vereador Paulo Bento**, para defender que os Vereadores do PSD não estão a fazer figura de “corpo presente”. Debatem os assuntos de forma séria, e têm feito o possível e o impossível para que o Executivo com maioria, eleito, possa gerir de acordo com o que prometeu no acto eleitoral.

-----Quando este assunto foi à Câmara também questionaram o Vice-Presidente da Câmara quanto ao valor. Não estão a fazer figura de “corpo presente” e procuram sempre de uma forma séria defender os interesses do concelho, nunca puseram em causa e honestidade do Edil.-----

-----Fez notar que na altura também não dispuseram avaliação técnica de suporte ao que foi dito, esperando que o mesmos viesse à Assembleia.-----

-----Declarou que não admite ao membro António Carneiro que duvide sequer, que estejam a fazer figura de corpo presente e ele sabe disso, e aprovaram esta proposta porque entenderam que é boa para o concelho, sem deixar de questionar aquilo que os colegas de bancada agora fizeram.-----

-----O membro **António Carneiro** disse que sabe. Também recordou ter dito que “seria levado a deduzir pela intervenção que” e a sua intervenção foi apenas no sentido de salientar que a votação na Câmara Municipal foi unânime, sabendo que os Vereadores do Partido Social Democrata fazem tudo menos figura de corpo presente.-----

-----No entanto não podem aceitar as insinuações que foram feitas.-----

-----O **Presidente da Câmara** corroborou o Vereador Paulo Bento no que diz respeito à colaboração dos Vereadores do Partido Social Democrata no Executivo, o que queria reconhecer publicamente.--

-----Terminadas todas as intervenções, passou-se à votação.-----

A Assembleia Municipal deliberou autorizar por unanimidade, a aquisição dos imóveis a norte da Igreja de Santiago em Torres Vedras, abaixo discriminados em cumprimento da alínea i) do n.º 2 do art.º 53.º da lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção:-----

-----A – Prédio Urbano inscrito na matriz sob o artigo 4247 da Freguesia de São Pedro e Santiago e descrito sob a ficha n.º 193 da mesma Freguesia, com a área de 489m², propriedade de E.I.I.O. – Empreendimentos Imobiliários Império do Oeste, S.A., pelo valor de €

296.651,00;-----B - Prédio Urbano inscrito na matriz sob o artigo 4248 da Freguesia de São Pedro e Santiago e descrito sob a ficha n.º 1271 da mesma Freguesia, com a área de 1.674,60m², propriedade de E.I.I.O. – Empreendimentos Imobiliários Império do Oeste, S.A., pelo valor de € 1.015.894,00;-----C - Prédio Urbano inscrito na matriz sob o artigo 4249 da Freguesia de São Pedro e Santiago e descrito sob a ficha n.º 194 da mesma Freguesia, com a área de 309m², propriedade de E.I.I.O. – Empreendimentos Imobiliários Império do Oeste, S.A., pelo valor de € 187.455,00.-----Sendo o valor total da aquisição de € 1.500.000,00,

o pagamento deverá efectuar-se da seguinte forma:-----

----a) € 250.000,00, com a escritura de compra e venda, a realização após a aprovação pelo Tribunal de Contas, a qual se prevê ser exequível até final de Abril de 2010;-----b) € 200.000,00 em Outubro de 2010;-----

-----c) € 200.000,00 em Abril de 2011;-----d) € 200.000,00 em Abril de 2012;-----

-----e) € 200.000,00 em Abril de 2013;-----f) € 200.000,00 em Abril de 2014;-----

-----g) € 250.000,00 em Abril de 2015.-----

Declaração de voto do Grupo Municipal do Partido Social Democrata:-----“O Grupo Municipal do Partido Social Democrata votou favoravelmente, na medida em que concorda com a localização da Biblioteca Municipal no local. No entanto e no cumprimento do dever de fiscalização da acção da Câmara Municipal que lhe é conferido pela lei, chama a atenção que o preço de aquisição dos imóveis não está devidamente fundamentado (não consta qualquer relatório de avaliação no processo facultado à Assembleia Municipal).”-----

----Anota-se que estavam presentes na sala 44 membros.-----

PONTO 1- AUTORIZAR A CÂMARA MUNICIPAL A CONTRATAR EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO, NO ÂMBITO DO REGIME GERAL, PARA FINANCIAMENTO DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS ATÉ AO MONTANTE DE 2.563.570,00 EUROS EM CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA ALÍNEA D) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

----Presente ofício número 2400, da Câmara Municipal, de 5 de Fevereiro, a solicitar a autorização em título, informando que seleccionou a proposta apresentada pelo BBVA, com taxa indexada à Euribor a 6 meses, acrescido de um Spread de 1,30%.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* deu nota que o empréstimo em título visa várias aquisições de terrenos, que elencou, e que constam na informação distribuída aos

membros.-----O **Sr. Luís Carlos Lopes**, registou que estas aquisições decorrem da aprovação do orçamento e verificou valores díspares em relação aos valores aprovados para o Mercado Abastecedor, solicitando os devidos esclarecimentos. Anotou que não foi este o valor que a Assembleia Municipal aprovou em Dezembro de 2009 e não sabe se já está incluído o acréscimo de preço que irá à próxima reunião do Executivo.-----

O Presidente de Junta de Freguesia da Ponte do Rol, **Sr. Pedro Vasa** sem questionar os valores negociados disse que lhe apraz registar que compraram um terreno para uma Escola Básica/Jardim de Infância por um terço do valor da EBI de Casalinhos de Alfaiata.----- Também sem pretender abordar a questão dos preços, o Presidente de Junta de Freguesia de Santa Maria, **Sr. Horácio Silva**, deu nota que conseguiu um terreno gratuito para uma EBI.----- Considerou que é uma boa opção do Executivo a nova localização do Mercado Abastecedor, que colocará mais um equipamento na zona norte, estando bem servido transportes públicos e de acessibilidades.-----

-----Aproveitou para agradecer ao Presidente da Câmara pelo acordo que fez para a construção do passeio pedonal que está a ser construído, desde Arenas até ao terreno onde se irá localizar o Mercado Abastecedor, e o qual o população ficará bem servida.----- O **Sr. Presidente da Câmara** começou por esclarecer que não estão a deliberar sobre a aquisição de terrenos, mas sobre a contracção de empréstimos. A designação dos terrenos vem como informação para a Assembleia Municipal saber a finalidades dos mesmos.----- Esclareceu ainda que como se trata de empréstimo é “contratar até determinado montante”, e o acréscimo referido pelo membro refere-se a €35.000, que é a diferença entre €50/m² e €55/m², explicando que para fazer contratos de promessa têm que ter cabimentação orçamental, o que não houve na altura, e como ao lado compraram um terreno a €55 este proprietário quis também o mesmo valor.-----

Lembrou que cada negócio é um negócio, e na Ponte de Rol pagaram na Zona Verde terrenos contíguos três vezes mais caros.-----

-----Concluídas todas as intervenções o Presidente da Mesa submeteu o ponto à votação:----- A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a Câmara Municipal a contratar empréstimo de longo prazo, no âmbito do regime geral, para financiamento de aquisição de imóveis até ao montante de 2.563.570,00 Euros em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção.----- Anota-se que estavam presentes na sala 41 membros.-----

PONTO 2 - AUTORIZAR A CÂMARA MUNICIPAL A CONTRATAR EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO, NO ÂMBITO DO REGIME GERAL, PARA FINANCIAMENTO DA CONSTRUÇÃO DA EB1 E JI DE SÃO MAMEDE DA VENTOSA, ATÉ AO MONTANTE DE 3.500.000,00 EUROS, EM CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA ALÍNEA D) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

-----Presente ofício número 2401, da Câmara Municipal, de 5 de Fevereiro, a remeter o processo em título, informando que seleccionou a proposta apresentada pelo Banco Santander/Totta, S.A, com taxa indexada à Euribor a 6 meses, acrescida de um Spread de 1,30%.-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que o edifício escolar em causa está orçado em €5.500.000 dos quais 70% é financiamento da Câmara e só 30% é pelo QREN.-----Tem alertado os membros do Governo, no sentido de se alterar esta percentagem, pois é uma situação que vai afectar todos os municípios, que não vão ter condições para fazer muitas escolas. -----Para manifestar o voto favorável da sua bancada interveio o *Sr. Luís Carlos Lopes* e para dizer, quanto à falta de verbas do QREN, que em devido tempo o Partido Social Democrata avisou que isto poderia acontecer.-----O

Presidente de Junta da Ponte do Rol, *Sr. Pedro Vasa* interveio no sentido aferir da possibilidade de o município em alienar prédios, que existem por todo o concelho, para facilitar o trabalho de cada uma das autarquias.-----Tendo presente que a sugestão do autarca vai no sentido da Câmara alienar património como fonte de receita, o *Sr. Presidente da Câmara* disse que seria bom, se tivessem esse património.-----Informou que o património que a Câmara tem são cedências para equipamento ou área verdes que não são alienáveis. Também nesta altura não seria um valor muito significativo.-----

-----Terminadas todas as intervenções o ponto em epígrafe foi votado:-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a Câmara Municipal a contratar empréstimo de longo prazo, no âmbito do regime geral, para financiamento da construção da EB1 e JI de São Mamede da Ventosa, até ao montante de 3.500.000,00 Euros em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 41 membros.-----Face ao adiantado da hora, o Presidente da Mesa auscultou a Assembleia no sentido de serem discutidos os pontos 7 e 8, o que teve anuência de todos os presentes.-----

PONTO 7 - RATIFICAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE INDUSTRIAL DE PRODUÇÃO DE BIOGÁS E POSSIBILIDADE DE AMPLIAÇÃO DA

UNIDADE EXISTENTE - VILA FACAIA – FREGUESIA DE RAMALHAL, REQUERIDO POR AVIBOM AVÍCOLA, S.A. – PROCESSO DE OBRAS IO/53/2009, EM CUMPRIMENTO DO N.º 3 DO ART.º 130 DO PDM EM VIGOR;-----

Presente ofício número 2985, da Câmara Municipal, de 18 de Fevereiro, a remeter o processo em título, para ratificar, atentas as competências deste órgão nesta matéria.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* fez uma breve apresentação do assunto, salientando que o pedido se refere a uma área onde já labora a Avibom.-----Não se registaram intervenções e

passou-se de imediato à votação:-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar a Declaração de Interesse Municipal para construção de Unidade Industrial de Produção de Biogás e possibilidade de ampliação da unidade existente - Vila Facaia – Freguesia de Ramalhal, requerido por Avibom Avícola, S.A. – processo de obras IO/53/2009, em cumprimento do n.º 3 do art.º 130 do PDM em vigor;-----

-----Anota-se que estavam presentes 39 membros.-----

PONTO 8 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO PROGRAMA DE APOIO AO ARRENDAMENTO, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO N.º 2 DO ART.º 53 DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente ofício número 2293, da Câmara Municipal de 4 de Fevereiro, a solicitar o agendamento da alteração ao regulamento em título, que se considera integralmente reproduzida e consta em documento em anexo à presente acta.

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que o ano de experiência do regulamento levou-os a propor algumas alterações funcionais. São alterações de forma agilizar e melhor controlar a sua aplicação.

-----Pedi a palavra a *Sra. Susana Neves* para salientar que este renovado regulamento vem proporcionar um enquadramento legal e administrativo melhorado e muito mais clarificador, permitindo atribuições de verbas mais equitativas e uma descentralização de decisões (art.º 11.º, n.º 5) com celeridade na aprovação e/ou revisão das candidaturas.-----Salientou ainda como positivo, o aumento da

cobertura da renda mensal a pagar, passando de 30% para 40% do rendimento mensal bruto total do agregado familiar, explanado na alínea d) do n.º 1 do art.º 4, e a inclusão de uma grelha de prioridades, que se pode constatar no anexo G. Sabendo que a verba é finita, esta grelha permite

priorizar as candidaturas numa metodologia equitativa e retributiva.-----

-----Congratulou o Edil e o Executivo Camarário, pelo contínuo compromisso e responsabilidade social, diante do apoio ao arrendamento habitacional para famílias em situação de comprovada carência económica e social.-----

A **Sra. Rita Sammer** debruçou-se sobre o anexo D do regulamento em discussão para questionar se não deveria haver a possibilidade de ser o sector a definir a tipologia máxima, que já deu prova que acompanha muito bem este processo. Com várias situações a serem tidas em conta se não faria sentido deixar à consideração do sector esta possibilidade.-----

O **Sr. João Pedro Gomes** atento a alínea b) do n.º 1 do art.º 4.º, questionou como se aplica o regulamento no caso de um casal de jovens, no qual um está recenseado há mais de dois anos e o outro não.-----

Disse que o CDS-PP concorda com as alterações propostas ao regulamento, para o qual pedem celeridade no tratamento dos processos e fiscalização apertadíssima.-----

O Sr. Presidente da Câmara nos termos do n.º 3 do art.º 48.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção deu a palavra à Sra. Vereador Ana Umbelino para prestar alguns esclarecimentos.-----

A **Sra. Vereadora** começou por referir que a questão colocada pelo membro Rita Sammer foi objecto de discussão pelo Executivo Camarário, tendo sido o critério usado a procura de coerência que estabelece a lei vigente no que se refere à atribuição de habitação social. -----

Sendo questionável que as pessoas podiam encontrar uma casa de tipologia maior do que indicada se a renda estivesse dentro dos limites apontados, esclareceu que com o programa também se tenta a adequação dos fogos disponíveis à composição do agregado, para haver algum equilíbrio entre a oferta e a procura assim como evitar situações de sub-arrendamento.-----

Não obstante, fez notar que há situações excepcionais, como mencionado no ponto 3 do art.º n.º 4, que prevê a inclusão de situações que uma análise estrita da relação entre a composição do agregado familiar e a tipologia poderia deixar de fora. -----

Quanto à questão do membro João Pedro Gomes, esclareceu que a prerrogativa de residência no concelho há pelo menos dois anos é conforme ao que genericamente é aplicado em instrumentos análogos. No entanto há a possibilidade de se estudar caso a caso e a situação que o membro indica não seria impedimento-----

Quanto à “fiscalização” disse que prefere a palavra “acompanhamento”, e informou que com o programa se pretende acompanhar estas famílias, para deixarem de depender destes apoios. O Sector de Assuntos Sociais zela para que não haja abusos, mas numa atitude de lógica colaborativa e não

coerciva.-----
----Terminadas as intervenções, o Presidente da Mesa submeteu à votação o assunto em apreço.-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta de alteração ao Regulamento do Programa de Apoio ao Arrendamento, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 53 da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----Anota-se que estavam presentes na sala 41 membros.-----

----Pedi o uso da palavra o membro **Jorge Ferreira** para apresentar à Assembleia Municipal uma proposta do Grupo Municipal do Partido Socialista sobre discussão do ponto 6 do agendamento.
-----Assim, atendendo a que a revisão do Plano de Pormenor do Centro Histórico, à qual certamente todos reconhecem capital relevância para o futuro do concelho, e considerando insuficiente o tempo de 60 minutos atribuído ao mesmo, sugerem seja debatido numa reunião de trabalho extraordinária, à margem desta ordem de trabalhos, dia 6, em horário a definir, na qual recebessem os esclarecimentos dos técnicos, debatessem e votassem o plano em causa.-----Sendo certo que a aprovação deste plano é de máxima urgência, o **Sr. Presidente da Câmara** manifestou a total disponibilidade ao proposto, contudo sugeriu que a reunião técnica se realizasse a meio da semana, para permitir a continuação desta sessão noutro dia.-----Depois de algumas intervenções sobre esta questão e tudo ponderado, o Presidente da Mesa, Sr. **António Fortunato** informou que a continuação dos trabalhos teria lugar no próximo dia 3 de Março pelas 21.00h, sendo precedida de uma reunião, com início às 18.00h, com os técnicos da Divisão de Ordenamento do Território, para uma apresentação do Plano de Pormenor de Reabilitação do Centro Histórico de Torres Vedras e deu por encerrada a sessão.-----

AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE MARÇO, PELAS 21.00 HORAS, REUNIU A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA INICIADA EM DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010.-----

----Estiveram presentes os membros da Assembleia Municipal, que se passam a indicar:-----
----Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, José Augusto Clemente de Carvalho, Susana Maria ribeiro Neves, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, José António do Vale Paulos, Rita João de Maya Gomes Sammer, José Augusto Nozes Pires, Ana Elisa Pedreira Martins, Marco Henriques Claudino, Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas, Jorge Henrique Horta Ferreira, António João Leal da Costa Bastos, Maria João Carvalho Franco Roque Alves, Maria Prudência Tomé Duarte Quina Fernandes, Cláudia Sofia Horta Ferreira, João Paulo Moreira dos Reis, Rui José Prudêncio, Diogo Ribeiro de Oliveira Guia, Rodrigo Manuel Hipólito Miranda, Tânia Isabel Ramos Mourato Jerónimo, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Nuno Alexandre Paulo Cosme, Natalina Maria

Martins Luís, Sérgio Armando Lopes Gomes, José Manuel Cristovão, João Francisco Mota Tomaz, Francisco João da Fonseca Inácio, Mário das Dores Lopes, Celso Jorge Carvalhal de Carvalho, Mário João Rodrigues Matias, José Manuel Ferreira Antunes, António Joaquim do Espírito Santo, Pedro Jorge da Vasa Santos, Horácio Orlando da Silva, Carlos Alberto Alves Gomes, Francisco João Pacheco Martins, Mário Manuel Jesus Miranda, António Filipe Narciso dos Santos e Carlos Alberto Lopes Veloso.-----

Faltaram os membros Alberto Manuel Avelino, António Carlos Nunes Carneiro, Ana Paula dos Santos Ventura Faria, Paulo Jorge Marques Marreneca e José António Margaça.-----

-----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara Carlos Manuel Soares Miguel, e os Srs. Vereadores, Carlos Manuel Antunes Bernardes, António Paulo Veloso Martins Bento, Laura Maria Jesus Rodrigues, Sérgio Paulo Matias Galvão, Ana Brígida Umbelino e Bruno Miguel Félix Ferreira.-----

-----O Presidente da Mesa, **Sr. António Fortunato**, começou por informar que por impedimento da Presidente de Junta de Freguesia de A-dos-Cunhados, encontrava-se presente Nuno Cosme em sua substituição legal, após o que deu início aos trabalhos.-----

PONTO 3- DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DA PROMOTORRES E.E.M, NOS TERMOS DA ALÍNEA L) DO N.º 2 DO ART.º 53 DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente ofício número 2986, da Câmara Municipal, de 18 de Fevereiro, a solicitar a aprovação das alterações aos artigos 1.º, 2.º, 4.º e alínea a) do n.º 2 do art.º 9., alínea a) do n.º 1 do art.º 12.º, art.º 28, a supressão da alínea c) do art.º 5.º, artigos 14.º e 15.º e consequentemente a renumeração dos restantes e a designação de empresa em todo o articulado dos estatutos em título.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** informou que se trata essencialmente de uma alteração de conteúdo. Sempre disse que mais tarde ou mais cedo teriam que “muscular” a Promororres ou seja criar uma Promotorres com a mais valências ou criar diversas empresas municipais.-----Estavam agora perante a necessidade de fazer essa distinção, pois estão no início do mandato, têm o Plano de Mobilidade para implementar este ano e o Mercado Municipal que brevemente irá abrir.-----

-----Deu nota que depois desta reflexão o Partido Socialista entendeu que é melhor para o concelho de Torres Vedras e para município, ter uma única empresa municipal, na qual cabem as diversas valências. Só uma empresa significa menores custos, maior coesão e não há dispersão de meios, locais e pessoas. Vêm com grande vantagem ter um único interlocutor, pois a Câmara reporta-se ao Conselho de Administração, e não a vários, o que se traduz em mais

eficácia.-----Assim, lembrou que a Promotorres tem a organização de vários eventos entre os quais o Carnaval, a gestão de alguns parques de estacionamento e a vigilância de alguns edifícios municipais, sendo necessário alargar a sua competência à gestão do estacionamento na cidade e à gestão do Mercado Municipal.-----

Referiu ainda que avalia o caminho feito com a Promotorres como positivo, mas se de futuro entenderem que não é o modelo adequado, será mais fácil fazer o caminho inverso partindo a Promotorres em várias empresas.-----

No que se refere à alteração do objecto social, já tinha sido aprovada no mandato anterior mas não foi registada e a extinção do Conselho Geral é por inutilidade, dado que não se viu necessidade para a sua existência.-----

O **Sr. Nozes Pires** disse que para ele é irrelevante serem uma ou mais empresas municipais mas considera importante a ligação que tiverem com Câmara Municipal.-----

Deste modo questionou, já que a Promotorres foi criada para organizar o Carnaval e alguns eventos sazonais e agora passa a ser uma instituição com actividades permanentes, se não seria melhor que esta empresa municipal tivesse um Vereador nos Órgãos Sociais. -----

Disse que toda a intervenção do presidente da Câmara lhe colocou esta interrogação. Com todas estas finalidades e outras que venha a ter, olhando para o artigo dos Órgãos Sociais, a autonomia que a empresa tem não lhe parece compatível com a responsabilidade que a Câmara deve ter em todas estas

actividades.-----

Interrogava-se a quem é que a Assembleia Municipal vai pedir responsabilidades, se a Câmara Municipal não estiver presente através de um vereador, nesta empresa municipal que começa ser enorme.-----

----A **Sra. Rita Sammer** começou por registar que a evolução da Promotorres ocorreu de uma forma reactiva, pois foi respondendo às necessidades, designadamente a procura de sua viabilidade económica e financeira, que resultou do facto de o estacionamento passar a ser uma sua competência.-----

----Considerou que a Promotorres assume um papel híbrido, entre os dois tipos de empresas municipais estipuladas pelo regime jurídico do sector empresarial, manifestando alguma incompreensão pelo facto de alguns eventos serem promovidos pela Promotorres e outros pela Câmara Municipal. Seria importante contextualizar esta decisão, para o que solicitou os devidos esclarecimentos.-----

----Disse que gostaria de ver um estudo financeiro sobre os custos ou seja se seria mais oneroso para a autarquia ter pelo menos, nesta fase, duas empresas municipais, que permitisse decidir de

forma mais informada quanto a esta matéria.-----Quando ao aumento do objecto social, transporta para a Promotorres competências técnicas e políticas, relativamente às quais têm dúvidas de que estarão no local certo, tanto mais quando as competências técnicas tem sido bem executadas por especialistas que existem na Câmara. O Plano de Mobilidade é um exemplo acabado e recente do mesmo.-----Passar para a Promotorres todas estas competência significará também que, ou pede técnicos à Câmara ou terão que os contratar, pelo que gostaria de ver esclarecidas a pertinência de transferir este tipo de competências.-----Quando à intervenção do Nozes Pires julgava que se estava a referir à necessidade de se estatuir a presença de um vereador no Concelho de Administração, sendo que o Vereador Sérgio Galvão faz parte do mesmo.-----

Disse também que questionava a figura do Presidente do Conselho de Administração que não está em funções o tempo inteiro. Tem sido a prática e acaba por ser o Secretário Geral que faz esta ponte, e daí que também lhe parece razoável que esta figura estivesse estatuída.-----

Por último deu nota que existe uma redundância no art.º 11 entre o n.º 3 que indica que o Conselho não pode deliberar sem a presença de todos os seus membros e o n.º 5 que diz “o Presidente ou quem o substituir terá voto de qualidade”, sendo que para haver deliberação o presidente não poderá ser substituído, tem que lá estar os três.-----Alertou que a figura de destacamento mencionada no n.º 3 do art.º 23 já não existe pelo que devia ser retirada, e devia estar em conformidade com as designações estipuladas na Lei 12-A/2008 de 27 de Fevereiro.-----

Em nome do Grupo Municipal do PS o **Sr. José Augusto de Carvalho** congratulou-se, até por não se ter caído na opção de criar uma segunda empresa. O panorama geral é de se terem multiplicado injustificadamente, desmedidamente empresas municipais, isto na vigência da anterior lei que até nem fixava tectos para a remuneração dos membros do Conselho de Administração.-----

Anotou que se caiu em situações afrontosas, de que Torres Vedras, entre poucos municípios, é uma boa excepção. Uma empresa, um Conselho de Administração, que tem sido muito económico quanto à remuneração dos seus membros, sendo certo que a actual a lei introduz contenção e o vencimento não pode ser superior ao do Presidente da Câmara e considera uma opção correcta, fazendo votos para que de futuro este caminho não se perca.-----

Sendo certo que o sector empresarial presta contas ao Executivo e não ao Deliberativo a Câmara tem vastas competências, e está certo que as mesmas traduzir-se-ão em orientações que a lei impõe e deve ser exigente relativamente à Administração da Promotorres na fixação dos termos dos contratos de gestão.-----

O **Sr.**

João Pedro Gomes especificou que o CDS-PP partilha das preocupações expressa pelas colegas Rita Sammer e Nozes Pires.-----

Entendem que com esta alteração estatutária a Promotorres fica descaracterizada relativamente ao seu objecto inicial, podendo haver uma evolução que será justificada ou não nos moldes apresentados.

-----Também consideram importante a realização de um estudo financeiro, para aferirem a viabilidade de terem uma empresa municipal ou duas.-----Acrescentou que

o receio do CDS-PP prende-se com o facto de, havendo uma dispersão tão grande de serviços prestados, perdem a qualidade que se exige.-----Tendo-se

falado na dinamização do Mercado Municipal, disse esperar que esta empresa saiba desempenhar estas funções e na altura certa pronunciar-se-ão sobre as questões instalação, gestão e fiscalização do estacionamento público.-----Pedi

de novo para intervir a **Sra. Rita Sammer** para indicar que se devia acrescentar ao título do art.º 20 “contratos de gestão”, através do qual a Câmara e a Promotores têm que se entender além de que, é importante que fiquem definidas questões como eficácia e eficiência.-----Lembrou

que havia pouca formalidade na forma como os protocolos eram apresentados. Se de facto a Promotorres assume competências distintas, há um aspecto formal que também deve ser contemplado. A questão dos contratos de gestão, bem como os contratos programas, a definição do

objecto da missão e das funções de desenvolvimento local e regional que vai desempenhar, julga que têm que ficar mais bem definidas

-----Quanto a esta questão do contratos programa **Sr. José Augusto de Carvalho** informou que a lei diz que nalguns casos a figura é “contratos programa” noutros “contratos de gestão”. A interpretação que faz, atendendo ao objecto

que irá caracterizar a actividade da Promotores, crê que serão as duas figuras utilizadas.-----No

entanto o facto de não figurar os contratos de gestão nos estatutos, não ficarem estatuídos não significa que ficam postergados porque a lei é o que prevalece.-----

Teve a palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para prestar alguns esclarecimentos:-----

Começou por lembrar que não estavam a falar de uma entidade externa à Câmara. O capital é 100% subscrito pela autarquia e a Assembleia Geral da Promotorres é constituída pelos Vereadores da Câmara Municipal em cada

mandato.-----Frisou que a Promotorres será o que a Câmara quiser em cada mandato e em cada momento de cada mandato, pois atribui-lhe competências mas em qualquer altura pode retirá-las. Não existe a preocupação em “abrir mão” de

competências, que não tenham retorno.-----Reforçou que a Assembleia Geral é soberana e em qualquer altura a Promotorres pode ser extinta. Também a constituição do Conselho de Administração será aquele que a Câmara entender.-----Lembrou que até à data o Conselho de Administração teve sempre um Vereador na sua constituição. Neste mandato foi nomeado o Vereador Sérgio Galvão que já estava em exercício de funções, assim como o Dr. António Esteveira e o Dr. Rodrigo Ramalho. É uma ligação permanente do accionista com um Conselho de Administração.-----No que concerne à organização dos eventos, informou que a Promotorres faz o que a Câmara diz e recebe delegações para organizar determinados eventos. Esta é a política que existe, ao dia de hoje, mas que em qualquer altura poderá ser alterada pelo Executivo.-----

-----Quanto ao solicitado estudo financeiro, anotou que podem fazer-se vários, mas a realidade, que minimiza qualquer estudo, é que a lei obriga a que as empresas municipais não tenham prejuízos, o que obriga as Câmaras a cobrir todo e qualquer prejuízos das empresas municipais.-----Indicou que a esmagadora maioria dos eventos que são produzidos pela Promotorres são deficitários, como o eram na Câmara Municipal, mas é um facto que há mais racionalização de meios e capacidade de resposta que não existia na Câmara e por isso a empresa foi criada. -----Não concorda que a figura de Secretário Geral conste nos estatutos pois caso a Câmara decida alterar o modelo de gestão, também os estatutos terão que ser alterados, e em termos funcionais deve ser o Conselho de Adimistração a criar a sua “pirâmide” de decisão, e dentro da mesma os funcionários da empresas. Entende que a figura de Secretário Geral deve ser o elo de ligação entre administração e o responsável de cada um dos sectores-----

-----No entanto concorda com o membro Rita Sammer, que acha que a Promotorres deve ter um administrador a tempo inteiro, o que julga terá que acontecer eventualmente, mas estão gratos por ainda não terem notado essa necessidade.-----

-----Sobre o objecto social, deu nota que a deliberação agora tomada é para futuro, sendo com essa perspectiva que já se incluiu um leque de competências que não vão ainda ser delegadas. O que vai ser delegado agora é a gestão do estacionamento e do Mercado Municipal.-----No que se refere ao n.º 3 e n.º5 do art.º 11, não vê que haja redundância, pois não quer dizer que não haja um membro que se abstenha e o Presidente pode ter voto de qualidade.-----No entanto concorda que o art.º 23 deve ser corrigido para “ nos termos da a lei” e nada tem opôr que seja acrescentado ao título do art.º 20 “contratos de gestão”. Lembrou que a Assembleia Municipal é soberana para propor as alterações que entenda necessárias.-----A **Sra. Rita Sammer** interveio novamente realçando que não discutiram coisa nenhuma, porque quando o presidente

evoca argumentos como “que existe ao dia de hoje” “o Executivo decide a cada momento” etc, é essa a gestão que têm e é assim que se gere a Promotorres. -----É contraditório porque no que se refere à figura de Secretário Geral que ganharia dignidade estar estatuído, o Presidente evoca que se a Câmara mudar de ideias têm que mudar os estatutos, não vê forma da Câmara mudar a ideia quanto a este elo de ligação.

-----Sobre o esclarecimento sobre o art.º 11.º recordou ter dito que se são necessários os 3 elementos para o Conselho de Administração deliberar, e o presidente não se pode fazer substituir, não há deliberação sem a presença dos três membros.-----

-----Quando se referiu aos contratos de gestão não foi para substituir “contrato programa” mas para acrescentar ao título. Também aqui entende que seria interessante que ficasse explicado em que medida é que esse evento contribui para o desenvolvimento local e regional.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** lembrou que a suas palavras foram só no sentido de lembrar que o Executivo está numa comissão de 4 anos que pode ou não ser renovada. Sempre disse que os mandatos não começam quando chegam e não acabam quando saiem. Recebe-se sempre e deixa-se sempre.-----

-----Declarou que foi o Executivo e o Partido Socialista discutiu esta situação da Promotorres em devido tempo e decidirem que este é o bom caminho. É bom que o PSD e o CDS-PP hoje digam aos torrienses se preferem este caminho ou várias empresas.-----

-----O **Sr. Nozes Pires** defendeu que a questão de ter uma ou mais empresas municipais, não é uma doutrina é uma questão prática que se prende com as finalidades, extensão territorial etc. No país as experiências são várias com municípios a terem uma e outros mais empresas municipais, em qualquer área partidária.-----

-----O Membro **José Augusto Carvalho** tomou a palavra para dar nota de uma proposta de alteração aos estatutos:-----

-Proposta de aditamento ao art.º 20 n.º 1 do membro José Augusto Carvalho:-----*“Sem prejuízo das orientações anuais definidas pelo accionista e dos contratos de gestão a celebrar com os gestores o município.....”*-----

-----O **Sr. João Pedro Gomes** disse que a posição do CDS-PP não foi de dizer que não, apenas mostrou receio que, com a dispersão da Promotorres, o objecto social não seja cumprido como deve ser temendo falta de qualidade nos serviços a serem prestados.-----

-----Disse ainda que manifestarão a sua posição quando entenderem e não será o Presidente a dizer qual será esse “trimming.”-----

-----A **Sra Rita Sammer** interveio sintetizando que discordam da forma reactiva como se alterou o objecto social para procurar a tal viabilidade económico financeira, e que esta “hibridização” do objecto social dificulta o escrutínio e a avaliação do desempenho da Promotorres.-----De seguida apresentou a proposta de alteração do Partido Social Democrata aos estatutos: -----“Art.º 11 – abolir do ponto 5 “quem o substituir”.-----Art.º 9, alínea d) – Estabelecer nos estatutos a organização técnico-administrativo no que se refere à figura do Secretário Geral.-----Art.º 20 - Introduzir “Contrato de Gestão” no título.-----Art.º 23, ponto 3 – Substituir “destacamento por “mobilidade” ou deixar apenas “ nos termos da lei”.-----

-----Terminadas as intervenções o Presidente da Mesa **Sr. António Fortunato** leu as propostas de alteração apresentadas após o qual se passou à sua votação na especialidade:-----Art.º 20 n.º 1 –Aprovada por maioria com 30 votos a favor, e 11 abstenções.-----Passará a ter a seguinte redacção:-----

“Sem prejuízo das orientações anuais definidas pelos accionistas e dos contratos de gestão a celebrar com os gestores o município de Torres Vedras celebrará contratos-programa ou protocolos com a Promotorres, EEM, sempre que pretenda que esta prossiga objectivos sectoriais, realize investimentos de rendibilidade não demonstrada, adopte preços sociais ou nela delegue competências.”-----

-----Art.º 11 n.º 5 - Aprovado por maioria com 41 votos a favor e 1 abstenção.-----Passará a ter a seguinte redacção:-----

-----“ O Presidente terá voto de qualidade.”-----

-----Art.º 9 n.º1 – Reprovado com 29 votos contra, 9 a favor e 4 abstenções.-----

-----Art.º 20.º - Reprovado por maioria com 29 votos contra, 11 votos a favor e 1 abstenção.

-----Art.º 23 n.º 3 –Aprovado por maioria com 41 votos a favor e 1 abstenção.-----O artigo alterado e consequentemente os seguintes passarão a ter a seguinte redacção:-----

-----“ Os trabalhadores da Administração central, regional e local, bem como de outras entidades públicas, podem exercer funções na Promotorres, EEM., nos termos da lei.”-----

-----“n.º 4 - Enquanto se mantiverem na referida situação referida no número anterior, os trabalhadores mantêm todos os direitos inerentes ao lugar de origem, designadamente o direito à carreira e à segurança social, considerando-se para todos os efeitos a contagem de tempo de serviço

no lugar de origem.”-----

-----“n.º 5 – A remuneração dos trabalhadores referidos no número anterior, pode ser aferida à do lugar de origem ou correspondente às funções que desempenhem na Promotorres, EEM. e serão sempre suportados por esta.”-----

-----De seguida passou-se à votação dos estatutos na generalidade.-----A Assembleia Municipal deliberou aprovar, por maioria de 31 votos a favor, e 11 votos contra as alteração aos Estatutos da Promotorres E.E.M, nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º 53 da lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 42 membros.-----

PONTO 5 - APRECIACÃO DE UMA EXPOSIÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente informação referente à actividade do município, nos meses de Dezembro do ano transacto, Janeiro e Fevereiro do corrente ano, a qual se considera reproduzida e arquivada em pasta própria dos documento referentes a esta sessão, e à sua situação financeira, nos termos da alínea e) do normativo legal em título, onde informa que a dívida a fornecedores em 23 de Fevereiro é € 3.282.147,15 e o saldo de tesouraria €3.336.096,02.-----

-----Pedi o uso da palavra o Presidente de Junta de Freguesia de Ponte do Rol, *Sr. Pedro Vasa*, para lembrar que depois das obras da EN9 houve um acordo entre a Câmara e a EP para colocação dos abrigos de passageiros. Alguns já foram colocados pelo que questionou o edil qual o prazo para a colocação dos que faltam.-----

-----Deu nota que a limpeza da linha de água da Fonte Grada foi feita para a estrada o que impede as pessoas de aceder às suas propriedades, pelo que solicitou que o sector procedesse à remoção dos detritos, registando este alerta para que o mesmo não volte a acontecer.-----Por fim questionou se há calendarização prevista para o alcatroamento da Estrada Principal da Ponte do Rol.-----

-----O *Sr. Luís Carlos Lopes* deu nota da presença do 1.º Ministro na passada semana em Torres Vedras e da presença assídua no concelho do Ministro da Agricultura para tentarem colmatar as dificuldades que surgiram aos agricultores com a intempérie de Dezembro. Referiu que finalmente o ministro conseguiu ultrapassar prazos de quase dois anos para a concretização dos contratos do PRODER que estavam “encravados.”-----

-----Espera que os contratos que foram assinados a passada semana que tenham concretização, e que as verbas venham e não se fique só por aqui.-----

-----Lembrou que a Câmara há cerca de um ano atrás fez uma tentativa de adjudicar 2 lotes de terreno junto do Mercado Municipal, questionando o edil se já houve tentativas para as negociações dos mesmos.-----

Teme que seja estrategicamente mau terem obras em execução e conseqüentemente pó, com o Mercado Municipal a funcionar para além de que estava previsto para Outubro de 2010 a abertura de uma Loja do Cidadão de grande dimensão, neste espaço, o que, quanto muito, só será concretizado em 2012. Receia que com a fragilidade dos operadores, o mercado municipal começar a funcionar sem a tal loja âncora que chame as pessoas, o atraso será prejudicial para a actividades dos comerciantes.-----

-----O **Sr. João Reis** interveio no sentido de indagar para quando está previsto o lançamento do concurso das obras de requalificação da EN9 no troço entre Torres Vedras e Alenquer.-----Aludindo ao facto de estar previsto no Plano de Acção das contrapartidas da OTA, a construção de uma variante à Carvoeira, do documento em discussão mencionar que se encontra em projecto de execução, assim como a requalificação da actual via e tendo presente que o Edil mencionou no “Fórum” que esta variante não era uma prioridade, questionou se houve alterações relativamente a esta questão.-----

O **Sr. João Bastos** deu nota que as edificações existentes na Praia Norte em Santa Cruz foram todas demolidas com excepção do “Chez Bernard”.Sabe que esta área é domínio público marítimo, mas é no concelho de Torres Vedras, e já houve outras obras que foram feitas sob coordenação da autarquia, pelo que questionou se é o caso, se já existe projecto, e em caso afirmativa se o mesmo vai ser tornado público de modo a possibilitar aos munícipes emitirem opiniões.-----Questionou ainda se o processo está a ser conduzido de modo a estar tudo concluído ao início da época balnear.-----A

Sra. Rita Sammer solicitou que o edil fizesse o ponto de situação sobre a extensão e o motivo dos atrasos no parque escolar.

-----O **Sr. Presidente da Câmara** informou que tomou nota das questões, às quais responderá por escrito na próxima semana.-----No que se refere à EN9 o membro **João Bastos**, disse que só teve oportunidade de ver o estudo da variante à Carvoeira, e tem informações que a Câmara de Alenquer está a interceder junto da E.P. para que o traçado novo, do Curvel para a frente, seja puxado para norte.-----Solicitou que lhe seja fornecida fotocópia do estudo existente tendo o edil informado que não há

estudo.-----

----Dizendo que a Carvoeira também é a sua freguesia o **Sr. Diogo Guia** manifestou a sua estupefacção pelo facto de não ter havido auscultação da população aquando da preparação do relatório técnico, que questiona se foi feito ou se tem a informação errada, questionando ainda quando é que a Câmara Municipal tenciona fazê-la, uma vez que o traçado foi apresentado e elaborado pelos técnicos camarários.-----Questionou de onde provém este projecto da Câmara Municipal de Torres Vedras.-----O **Sr. Presidente da Câmara** pediu a palavra para esclarecer o membro que sendo a EN9 nacional, é da competência da E.P.-----O **Sr. Diogo Guia** lembrou que foi aprovado um Plano de Acção para o Oeste, tendo sido o edil que negociou as alternativas por causa do novo aeroporto não ser em OTA.-----Pedi para intervir o **Sr. Luís Carlos Lopes** apenas para referir que desconhece o Presidente da Câmara por ele ter dito que responderia por escrito às questões colocadas.-----O **Sr. Presidente da Câmara** respondeu que irá responder por escrito porque o membro ameaçou, na reunião da Comissão Permanente que antecedeu esta sessão, que a sua bancada não viria à Assembleia Municipal se o ponto que estão a discutir fosse o último da ordem de trabalhos. Fizeram uma exigência que foi aceite.-----No seu entender a Assembleia Municipal deve ser funcional, não deve ter um período antes da ordem do dia seguido de outro. Não é funcional pôr em causa deliberações em prejuízo do município.-----

----Reafirmou que decidiu que responderia por escrito, como resposta à atitude do PSD.-----Aproveitou para lembrar, com os resultados eleitorais que elencou, o percurso evolutivo do Partido Socialista em contrário com o do PSD aos longo dos três últimos mandatos, para salientar que o povo torriense lhes deu claramente nota positiva.-----Frisou que o Partido Social Democrata ameaçou que não vinha à Assembleia Municipal mas o Partido Socialista nem precisa que venham pois tem a maioria, mas não é isso que querem.-----Em relação aos votos que o Partido Socialista teve o **Sr. Luís Carlos Lopes** fez notar que tudo muda na vida, umas vezes estão por cima outras vezes em baixo e um pouco de humildade fica bem a todos. Ninguém lhe nega a vitória mas atrás de tempos, tempos vêm.-----Quando ao ponto em causa, lembrou que no mandato anterior o líder do Grupo Municipal tentou que este fosse colocado em devido realce, tal nunca foi conseguido e por diversas vezes não foi discutido.-----

----Frisou ainda que as perguntas colocadas foram de extrema relevância. O Presidente não devia

ter levado tão à letra, e é obvio que o Partido Social Democrata estaria sempre representado na sessão, nem que fosse com um elemento em protesto.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PONTO 6 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DE PORMENOR DE REABILITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE TORRES VEDRAS NOS TERMOS DO N.º 3 DO ART.º 53 DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO E N.º 1 DO ART.º 79 DO DECRETO LEI N.º 380/99, DE 22.09, NA REDACÇÃO DADA PELO DECRETO LEI N.º 46/2009 DE 20.02;-----

-----Presente ofício número 2984, da Câmara Municipal, de 18 de Fevereiro, a remeter a versão final do plano em epígrafe, que se considera integralmente reproduzido e encontra-se arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

-----O *Sr. Presidente da Câmara* deu nota que o plano deve ser revisto de 6 em 6 anos. O plano em vigor foi um dos primeiro planos de pormenor do país e deu ao torrienses a aos Executivos municipais ensinamentos que os levaram a corrigir algumas insuficiências e situações menos correctas.-----

-----Deu nota ainda que esta revisão mantém na sua essência o plano de 1992 e propõe novas configurações para os poucos terrenos onde é admissível algumas construções que existem no centro histórico, (em frente à entrada da Expotorres, Parque de Santiago e campo do Sporting Clube de Torres.)-----

-----Referiu que o Executivo aprovou propostas diferentes das que constavam no Plano de Pormenor, melhorando as funcionalidades destes espaços e as suas vivências. Para além disto, as alterações são na base do regulamento. Lembrou que o plano em vigor é muito restritivo, onde quase nada se podia mexer e teve que ser adaptado à realidade de hoje.-----

-----Salientou a qualidade do trabalho técnico feito pelos técnicos da DOT, com a liderança do Arquitecto Carlos Figueiredo.-----

-----O *Sr. João Bastos* começou por lembrar que o plano de pormenor em vigor tem 20 anos e que já está desactualizado e ainda bem que foi feita a sua revisão. Depois reportou-se à reunião de apresentação a revisão do plano em causa, que teve lugar à tarde e contou com a equipa da DOT que o elaborou, a quem agradeceu, dizendo que foi sucinta e muito elucidativa.-----Disse ainda que as dúvidas do Partido Social Democrata já tinham sido esclarecidas e a sua bancada iria votar favoravelmente.-----

-----No entanto entende que era importante abordar nesta sessão algumas questões, pelo que solicitou que o edil esclarecesse se o acrescento à alínea c) do n.º 2 do art.º 54 que se refere ao Quarteirão 30, zona

envolvente à Igreja de Santiago, cuja redacção permite a instalação de equipamento de utilização colectiva, constitui uma alteração substancial.-----Lembrou que na altura da discussão pública esta alínea não constava do documento, visto que a Câmara ainda não tinha intenção de lá instalar a Biblioteca, e foi introduzida no documento final, por iniciativa da Câmara e pode suscitar algumas dúvidas.-----Concorda com a introdução desta alínea no regulamento, porque o planeamento deve ter alguma flexibilidade, mas talvez se devesse ter consultado as entidades competentes, para mais tarde não surgirem complicações, uma vez que esta alteração não foi a discussão pública.-----A outra questão prende-se com algumas observações que fez sobre este plano, no âmbito da fase preliminar, em resposta a ofício da Câmara sobre o assunto, e que respondeu em 25 de Janeiro de 2007.-----

-----Nessa resposta, aproveitou para fazer algumas sugestões, relacionadas com a Praça da Republica que na sua na sua opinião ganharia se tivesse mais dimensão. Se o edificio onde está o Corte Ideal e o Stand da Fiat fossem expropriados e demolidos, no seu lugar poderia ser construído um novo edificio no seguimento do edificio Perdigão. Actualmente os edificios que lá estão totalizam 690m2 e o novo poderia ter 840 m2 acima do solo. Era uma proposta de alteração de cadastro.-----Dizia ainda que para além do ganho do espaço da praça, a fachada do edificio onde está o turismo, daria uma frente digna, além do Posto Turismo ganhar maior visibilidade, a rua António França Borges ganhar uma nova vida, e a empena do edificio Perdigão desaparecia. -----Deu nota que à tarde questionou os técnicos tendo o Arq.º Figueiredo informado que não tinha conhecimento, mas o Presidente disse que tinha sido presente a reunião do Executivo, e liminarmente rejeitado.-----

Lamentou que não tenha recebido a resposta, e solicitou que lhe fosse facultada a acta da reunião do Executivo em que proposta foi apresentada até porque verificou que algumas das suas observações foram tidas em conta, para conhecer as razões desta ter sido rejeitada. -----O **Sr. Nozes Pires** indicou que o Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária iria votar a favor, uma vez que tecnicamente o plano não lhes suscita dúvidas e merece elogios.----- Todavia e como depende da vontade da imaginação e iniciativa política da Câmara para o desenvolver os projectos, e dando como exemplo que a requalificação da praça dos Chafariz dos Canos depende de um projecto especifico que este regulamento não contempla e sendo a sua envolvência de fundamental importância, vão aguardar que algumas iniciativas da Câmara venham a corresponder a esta boa expectativa.-----Nesta sequência propôs que a Câmara Municipal tivesse a iniciativa de abrir um Centro/Lar de Dia, que respondesse

à análise sociológica que o projecto contém. Parece-lhe uma proposta coerente, uma vez que os habitantes continuarão ali a viver e contar com o apoio deste equipamento social.

-----Por fim defendeu que para ele é muito importante a zona do Castelo e a sua envolvente. Entende que a sua vida diurna está assegurada, mas também deve ter vida nocturna, que pode ser economicamente importante para o município e para a cidade de Torres Vedras.-----

O **Sr. José Augusto de Carvalho** disse ser gratificante estar a discutir e a deliberar este plano porque se trata de uma parcela do território do município sensível e a gestão destas parcelas tem maior percentagem de acerto quando é apoiada por instrumentos de ordenamento deste nível.-----Sustentou que o Grupo Municipal do Partido Socialista desde 1992 sempre se congratulou por o Centro Histórico ter um Plano de Pormenor de Salvaguarda.-----

Observou que a experiência demonstrou que o plano de 1992 era muito rígido, mas seria pior se ao longo destes anos esta área não dispusesse de um instrumento urbanístico com estas características. Lembrou que foi um plano premiado, para o qual teve uma participação qualificante do colega João Bastos.-----

Frisou que esta revisão consagra uma predominância fundamental e funcional da habitação e do comércio. Quanto à habitação, se não houver intenção política de traduzir em actos esta orientação de predominância, não conseguirão revitalizar o Centro Histórico.-----

Entende também que sendo um plano de ordenamento, não contém suficientes estímulos, e para além das medidas existentes, que se procure, indo ao encontro da administração central, conseguir um quadro estimulante à fixação de casais jovens, sem o que dúvida desta revitalização.-----

Deu nota que no regulamento lhe agrada a referência ao assinalável desenvolvimento das acessibilidades, ruído, categorias dos espaços de circulação, espaços verdes e também a fixação de categorias de edifícios além das disposições específicas para cada tipo de intervenção, o que augura uma aliciante gestão deste plano, pelo que o Partido Socialista tem razões para votar a favor.-----

O **Sr. Diogo Guia** congratulou-se com a exposição técnica sobre o plano que teve lugar à tarde. Foi útil, lembrando que o tempo disponibilizado para análise deste instrumento foi curto para tomar uma posição ou sequer votar, e foi um contributo muito positivo. -----

Destacou que um dos aspectos sublinhados pelo Arq.º Figueiredo foi que uma coisa é o plano outra é a sua implementação, na qual há uma responsabilidades de todos, pela vigilância da boa aplicação destas boas propostas.-----

Entende que a implementação no concreto passará por fazer chegar informação à população e levá-las a participar. É essencial que este plano, que é onde está a alma da cidade envolva as pessoas, pois este território tem características sociológicas muito específicas com uma população envelhecida e

escolaridade abaixo da que é a média da cidade e do concelho.-----Tendo em conta que o Chafariz dos Canos é um monumento emblemático e fundamental o Partido Social Democrata apela que a Câmara Municipal cuide do projecto que foi agora apresentado para consideração na CCDRLVT, cuidando deste património como uma relíquia.-----Relativamente ao Castelo, que configure e que se comece a discutir, para além de um simples arranjo exterior, uma função futura para a sua utilização interna. -----Reportando-se ao fecho das ruas dentro da cidade, deixou para ponderação que a Câmara Municipal faça um inquérito junto dos comerciantes e da população das ruas que foram fechadas ao trânsito, para aferir se traduz uma diminuição muito acrescida de actividade, porque se verifica que algumas destas ruas tem muito menos movimento. -----Por fim apelou que a Câmara Municipal aquando da implementação deste plano procure arranjar mecanismos sobretudo de informação à população, comunicação e de auscultação. -----O **Sr. João Pedro Gomes** declarou que o plano em discussão merece o voto favorável do CDS-PP pois entendem que é necessário um plano para o Centro histórico, para revitalizar e dar nova vida à zona.-----

---Corroborou a importância de serem auscultados os comerciantes sobre o fecho de ruas, porque poderá haver situações que necessitem de ser repensadas.-----Por fim defendeu que as condições de segurança dos cidadãos devem ser asseguradas para além da implementação do plano, apelando à Câmara que tenha o mesmo em consideração.-----Terminadas todas as intervenções teve a palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para prestar alguns esclarecimentos:-----

----Tendo dito à tarde ao membro João Bastos que a sua proposta tinha ido a reunião de Câmara, corrigiu no sentido de dizer que tinha conhecimento da mesma, no entanto não tinha a certeza que tinha sido presente a reunião do Executivo, mas iria averiguar.-----Aproveitou para lhe apresentar desculpas, sendo certo que a recomendação que dá aos serviços é no sentido de que qualquer carta tenha sempre resposta. -----Quanto à alteração da alínea c) do n.º 2 do art.º 54, começou por informar que a Câmara Municipal mesmo fora da discussão pública pode apresentar alterações assim como a Assembleia Municipal. Entenderam que não se trata de uma alteração, mas de uma hipótese de alteração, pois a primeira proposta que foi a discussão pública mantém-se, e a colocou-se uma segunda hipótese, ou seja “ se para um equipamento público, então as regras poderão ser outras”. -----Consideram que não se trata de uma alteração substancial pelo que não haveria justificação para uma segunda discussão pública.-----

-----No que se refere à sugestão do membro Nozes Pires, informou que os lares/centro dia são da competência da Segurança Social. A Câmara Municipal pode apoiar as IPSS, na realização desses projectos, tendo já neste mandato sido aprovado um tecto de apoio aos projectos das IPSS que tenham o aval da Segurança Social.-----

-----Referiu que se preocupa essencialmente com a vida diurna do Centro histórico, mais do que a vida nocturna. A revitalização da vida diurna têm tentado fazer através de apoio às associações no tentando localizá-las no Centro Histórico. Para além disto têm programa “Torres ao Centro” que tem como meta apoiar instituições já aqui instaladas.-----Entende que tem que ser ter muito controle e cuidado com a vida nocturna para que não afaste os moradores.-----

--Relativamente ao Chafariz dos Canos informou que é um monumento nacional, e como tal responsabilidade do IGESPAR, o qual não tem verbas para a sua recuperação tendo a autarquia avançado com um projecto e assumido a despesa.

-----Mais informou que o projecto para o largo já tem o parecer favorável daquele instituto, e avançará ainda no presente ano também fazendo parte do programa “Torres ao Centro”.-----Quanto ao Castelo, lembrou que há dois mandatos atrás levaram ao Executivo uma proposta para alterações e melhor vivência do interior, que foi chumbada e remetida para o Plano de Pormenor, tendo ficado deliberado que só se admitia obras depois deste plano aprovado.-----No largo fronteiro ao Castelo estão em condições de avançar este ano, com um projecto também ao abrigo do programa “Torres ao Centro”, mas para o entre-muralhas, vão ter que encomendar um projecto.-----

-----Quanto à pedonização das ruas, considerou o inquérito uma boa sugestão, mas o mesmo teria que ser feito de forma muito abrangente, lembrando que se dependessem do voto favorável dos comerciantes ao dia de hoje a EN8 ainda passaria pelo centro da cidade.-----

-----O **Sr. Diogo Guia** tomou de novo a palavra, indicando que quando falou da participação da população referia-se à proposta que fez à tarde no sentido de colocar anúncios com planos de trabalho e comunicar aos moradores que a sua zona vai ser intervencionada e em que data.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** deu nota que no regulamento do plano em discussão é proposto um Gabinete Técnico Local do Centro Histórico, cuja figura já foi criada no mandato anterior sendo composta por um arquitecto e um sociólogo liderados pelo Arq.º José Manuel.-----Mais informou que as obras do edificado no Páteo da Josefa prevêem a sua instalação. O Gabinete terá não só função de controle e ajuda da obra pública, mas essencialmente de apoio e ajuda directa à população, quer na concepção

quer na busca de soluções construtivas.-----Assegurou que é da máxima importância pôr este gabinete a funcionar para que o Plano de Pormenor também funcione.-----

-----Terminadas todas as intervenções o Presidente da Mesa, **Sr. António Fortunato** submeteu à votação o ponto em discussão.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade o processo de Revisão do Plano de Pormenor de Reabilitação do Centro Histórico de Torres Vedras nos termos do n.º 3 do art.º 53 da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção e n.º 1 do art.º 79 do Decreto Lei n.º 380/99, de 22.09, na redacção dada pelo Decreto Lei n.º 46/2009 de 20.02.-----

-----Anotase que estavam presente na sala 42 membros.-----

PONTO 9- AUTORIZAR A ADESÃO DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS À QUALIFICA, ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS E DE PRODUTORES PARA A VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS PRODUTOS TRADICIONAIS PORTUGUESES, NOS TERMOS DA ALÍNEA M) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09 NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente ofício número 2402, da Câmara Municipal, de 5 de Fevereiro, a solicitar o adesão acima identificada, atentas as competências da Assembleia Municipal nesta matéria.-----O **Sr. Presidente da Câmara** explicitou que se trata de uma associação criada no âmbito da ANMP, uma vez que a autarquia precisa de ajuda institucional para concluir a certificação do Pastel de Feijão.-----

-Pedi a uso da palavra a **Sra. Cláudia Ferreira** no intuito de assinalar os esforços do executivo camarário em levar sempre mais longe, pelos melhores motivos, o nome da cidade de Torres Vedras e do que esta tem de melhor, a todos os níveis.-----

-----Salientou que autorizar esta adesão permitirá, sem margem para dúvidas, alcançar uma maior valorização e qualificação dos produtos torrienses o que levará a que, por exemplo, os nossos doces regionais, como os pastéis de feijão, sejam considerados como produtos tradicionais portugueses.-----Salientou ainda que Torres Vedras possui um enorme capital em produtos agrícolas e agro-alimentares, vinhos, doçaria, etc., cujas características qualitativas decorrem do saber fazer dos seus produtores, baseado em hábitos locais, leais e constantes, aos quais se aliam os modos de produção tradicionais e as especificidades decorrentes da nossa origem geográficas, daí que este capital patrimonial e cultural tenha de ser aproveitado e potenciado por todas as formas que lhes sejam possíveis.-----

-----Reforçou que esta adesão tem benefícios para o turismo onde, em sua opinião, as Autarquias

têm um papel decisivo.-----Registou que a Qualifica é uma associação que tem como parceiros as próprias Autarquias mas também os produtores e as suas associações ou agrupamentos, com o objectivo de potenciar o trabalho autárquico já desenvolvido em matéria de valorização dos produtos, de melhoria das condições dos estabelecimentos, de promoção comercial, turística, cultural e de defesa do consumidor.-----

-----Acrescentou que tem também a função de criar e gerir marcas, destinadas a assinalar os produtos e serviços que atinjam parâmetros previamente fixados em matéria de genuinidade, tradicionalidade, características qualitativas diferenciadas, origens e modos de produção particulares e que, por tais condições, sejam motor de desenvolvimento e património cultural.-----

-----Disse que visa ainda, promover o conhecimento, o uso e o respeito pelos produtos tradicionais portugueses, valorizando a sua função económica e a sua dimensão social e cultural e satisfazendo as expectativas dos consumidores, sem prejuízo da inovação, designadamente em matéria de formas de apresentação comercial e uso dos mesmos produtos, o que muito nos pode beneficiar.-----Por fim, disse que lhe apraz referir que com esta adesão, acredita ser possível fomentar a comercialização dos produtos tradicionais do concelho, onde voltou a lembrar os pastéis de feijão, apoiando o nosso comércio e os nossos produtores.-----

-----Concluídas as intervenções passou-se à votação:-----A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade a adesão do Município de Torres Vedras à QUALIFICA, Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses, nos termos da alínea m) do n.º 2 do art.º 53.º da lei 169/99, de 18.09 na sua actual redacção:-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 42 membros.-----

APROVAÇÃO DA ACTA EM

MINUTA:-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, Sr. António Fortunato, a aprovação da minuta da acta da presente Assembleia, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correcções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Pelas 24.20 horas, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----Para constar se lavrou a presente acta, que depois de elaborada pelo Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, Sr. António Fortunato, vai ser subscrita pela Mesa da

Assembleia.-----
